

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JULIANE APARECIDA ZAMBÃO IGNACIO

**EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA: PERSPECTIVAS DOS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO**

**PONTA GROSSA
2022**

JULIANE APARECIDA ZAMBÃO IGNACIO

**EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA: PERSPECTIVAS DOS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Universidade Estadual de
Ponta Grossa, com requisito parcial para
conclusão do curso de Graduação em
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Paola Andressa
Scortegagna

**PONTA GROSSA
2022**

JULIANE APARECIDA ZAMBÃO IGNACIO

**EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA: PERSPECTIVAS
DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com requisito parcial para conclusão do curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia.

Ponta Grossa, 12 de dezembro de 2022.

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna (Orientador)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Lúcia Mara de Lima Padilha
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Ms^a Luana Aparecida Moraes
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico este trabalho à minha amada família, Silvio e Sarah, por serem fonte inesgotável de incentivo e apoio.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr^a Paola Andressa Scortegagna, pela orientação sempre atenciosa e pontual, por ter me conduzido pelos caminhos que me possibilitaram a execução deste estudo, sempre de maneira clara e objetiva, valorizando toda a minha trajetória na construção deste TCC.

Aos colegas de sala, pela amizade e troca de experiências: Silneia Borges, Gisele Ap^a Shulmeister e Daniele Gonçalves, companheiras de viagens e estudos que compartilharam comigo desafios, conflitos, alegrias e vitórias, conquistadas ao longo desse processo de formação.

À minha mãe Valdiria Ap^a Ignacio que me incentivou a iniciar e a concluir esta jornada, que esteve comigo em todo o processo, me dando suporte e apoio.

Ao meu amado esposo Silvio Zambão de Siqueira, amigo e companheiro, meu maior incentivador que viveu intensamente comigo a cada momento, suportou meus medos e ansiedade, com um amor, carinho e companheirismo incondicionais, esteve comigo em cada passo.

Ao meu amado Deus, que me deu forças para estudar, trabalhar, vencer todos os desafios, com muita alegria e disposição.

A minha amada filha, a qual veio em meio a esta graduação, que sem saber, me deu forças para prosseguir, me incentivou a ser melhor, e a tornar este mundo um espaço melhor, saiba que meu amor por você não possui limites, e que esta conquista é por você.

A todos os professores que pela minha vida acadêmica passaram, e deixaram marcas de ensino, amor e empatia. Ao professor João Paulo Camargo que me apresentou uma educação além da sala de aula e que ela é possível, a professora Ginalice Pedroso que persistiu com zelo e carinho para que eu prosseguisse nos estudos, tamanha é a gratidão que possuo por vocês.

RESUMO

Este trabalho teve por finalidade analisar a evasão escolar que ocorre no Ensino Médio regular noturno, compreendendo a complexidade e natureza deste problema, realizando a contextualização histórica, social, política e econômica que os objetos desta pesquisa estão inseridos. Tem como objetivo geral analisar as perspectivas dos alunos do Ensino Médio, da Rede Estadual de Ensino, no Município de Ponta Grossa - Paraná. Esta pesquisa adotou como percurso metodológico a investigação qualitativa, de cunho exploratório, na qual se utilizou como instrumento técnico de coleta de dados, um questionário com questões abertas e fechadas para alunos do Ensino Médio de Ensino, no Município de Ponta Grossa - Paraná. Os dados coletados, foram examinados à luz dos referenciais teóricos que serão citados ao longo deste trabalho. Nesta pesquisa compreende-se que os fatores evasivos estão, estritamente ligados ao âmbito escolar e interligado com o seu contexto social, econômico, e político. Este trabalho se concentra também nos fatores que colaboram para a evasão escolar e como os alunos percebem esses fatores, sendo um dos fatores mais citados a necessidade de trabalhar. Será sinalizado também as políticas que norteiam o Ensino Médio, e quais são voltadas para o turno noturno.

Palavras-chaves: Evasão Escolar; Ensino Médio; Aluno Trabalhador.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Colégios que atendem Ensino Médio noturno	18
Tabela 2 - Quantidade de alunos atendidos	19
Tabela 3 - Número de alunos por escola	49
Tabela 4 - Ocupação extraescolar dos alunos	50
Tabela 5 - Pessoas por residência	51
Tabela 6 - Fatores que levaram os alunos a querer evadir	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de matrículas na rede Estadual	41
Gráfico 2 - Número de matrículas na rede Federal	41
Gráfico 3 - Número de matrículas na rede Estadual no Município de Ponta Grossa....	43
Gráfico 4 - Distorção idade-série	44
Gráfico 5 - Reprovação no Estado do Paraná	45
Gráfico 6 - Pessoas que compõem a residência	52
Gráfico 7 - Pessoas que trabalham na residência	53
Gráfico 8 - Segmento que os alunos irão optar ao término do período escolar.....	54
Gráfico 9 - Núcleo de acolhimento	56
Gráfico 10 - Fatores evasivos	57
Gráfico 11 - Núcleos de combate a evasão escolar	58

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNE	Conselho Nacional de Educacional
EB	Educação Básica
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
EMN	Ensino Médio Noturno
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP	Medida Provisória
PNE	Plano Nacional de Educacional
OCDE	Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
NEM	Novo Ensino Médio

INTRODUÇÃO	11
1. O ENSINO MÉDIO NOTURNO: UM BREVE PANORAMA DA REALIDADE DOS ALUNOS ATENDIDOS	15
1.1. O ENSINO MÉDIO NOTURNO	15
1.2. LEI 13.415 DE 2017 – O NOVO EM	22
1.3. O ALUNO DO EMN	26
2. EVASÃO ESCOLAR	32
2.1. A EVASÃO ESCOLAR: CONCEITOS E FATORES	32
2.2. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO	37
3. PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS	44
3.1. SOBRE A PESQUISA E AS ESCOLAS SELECIONADAS	44
3.2. PERFIL DOS ALUNOS	46
3.3. PERSPECTIVA DOS ALUNOS SOBRE O TEMA	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	64
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COM OS ALUNOS	66
APÊNDICE C – COMITÊ DE ÉTICA	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as perspectivas dos alunos do Ensino Médio, da Rede Estadual de Ensino, no Município de Ponta Grossa - Paraná, estabelecendo interlocuções com o histórico da etapa e as legislações que a permeiam. Como objetivos específicos: identificar os principais motivos que levam os alunos para processos de evasão escolar; analisar como a evasão escolar impacta em questões sociais, econômicas e políticas; refletir sobre a concepção dos alunos sobre evasão escolar.

O Ensino Médio veio recebendo um olhar direcionado nas últimas décadas, através das políticas públicas, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) que ampliou a obrigatoriedade da Educação Básica até os 17 anos. Essa expansão foi uma grande conquista para a área da educação, uma vez que o EM se faz obrigatório, e ofertado de forma gratuita.

A importância desta discussão se dá na necessidade de se compreender os caminhos que levam ao EM, e conhecer os alunos que estão nesta etapa de ensino, e optam por ela de maneira noturna. Pois como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino (BRASIL, 2012) mencionam, como o EMN não consta nas discussões e debates da Educação Básica, diferente de outras etapas.

Atualmente no Brasil, segundo o Censo Escolar (2020) 83,3% dos alunos que frequentam o EM se encontram no diurno, enquanto 16,7% estão no noturno.

Ainda possuímos em nível nacional números de reprovação e abandono escolar elevados, em 2019 tivemos um total de 9,1% de reprovações no EM, sendo um total de 623.295 reprovações, já se tratando de abandono escolar no mesmo ano, tivemos o percentual de 4,7%, ou seja 322.198 abandonos escolares. Dados referentes ao ano de 2021 não foram computados devido ao cenário pandêmico.

Dentro da realidade da escola de EM, temos os alunos que trabalham e estudam, gerando uma demanda para a escola noturna. Para que houvesse suporte para esta demanda de maneira efetiva, tem-se a necessidade de políticas públicas, que fossem voltadas diretamente ao EMN, que compreendesse a realidade que estes alunos trabalhadores vivenciam.

Deste modo poder-se-ia amenizar as desigualdades existentes nesta etapa de ensino, atendendo estes alunos de maneira a potencializar as aprendizagens propostas e oportunizar um local de acolhimento.

Mas ao longo deste trabalho, nota-se como a falta de políticas direcionadas ao EMN reforçam algumas desigualdades já existentes. Como a autora Oliveira (2004, p. 171) expõem “as desigualdades educacionais refletem nas desigualdades sociais e, muitas vezes, umas reforçam as outras”, realidade está muito presente no campo educacional.

Assim este trabalho possui como maior finalidade conhecer o aluno do EMN e a realidade a qual vivencia na sua rotina, além do perfil dos alunos que frequentam esta etapa de ensino neste período e como eles percebem a evasão escolar, desde a compreensão deste conceito até as vivências em torno.

E a problemática levantada através da produção deste trabalho é: Como o aluno, inserido na realidade escolar no ensino noturno, entende a evasão escolar e os seus impactos (sociais, econômicos e políticos)?

No primeiro capítulo deste trabalho apresenta-se o EM e como ele foi se construindo historicamente através de lutas e reconhecimentos, apontando através das legislações como esta etapa de ensino foi reconhecida enquanto necessária a formação humana, e como o viés dela sofreu alterações.

Desde a abordagem tecnicista que visava formar o trabalhador das indústrias, como o autora Almeida (2016) aborda: “A Pedagogia Tecnicista se preocupa exclusivamente em preparar um futuro trabalhador, não torna o estudante um sujeito crítico. Trata-se de uma aprendizagem controladora, que impede o crescimento pessoal do aluno.”.

Até atualmente onde a abordagem sofreu alterações, dando prioridade a uma educação libertadora e humanizada, onde se prioriza a criticidade dos alunos, mas ainda percebe-se vestígios do tecnicismo em algumas etapas de ensino. Neste capítulo aborda-se também a Lei 13.415 de 2017, que traz alterações significativas no EM, analisando se há especificações para esta etapa noturna.

No segundo capítulo deste trabalho foi realizado um levantamento teórico, em busca da conceituação de evasão escolar, onde autores como Johann (2012), Riffel e Malacarne (2010), Vasconcellos (1995), Ferreira (2013), trazem apontamentos

referentes a evasão escolar e quando ela de fato ocorre. Neste mesmo capítulo serão apresentados dados do Município de Ponta Grossa, Paraná, o qual foi desenvolvida a pesquisa, juntamente com investigações sobre a distorção idade-série que ocorre nas escolas que foram alvos da investigação.

Após, no terceiro capítulo, será exposto o percurso metodológico que este trabalho percorreu, juntamente com os dados que foram levantados através da coleta de dados realizada com questionários, aplicados de maneira presencial em três escolas do Município alvo desta pesquisa, com alunos do terceiro ano do EM. A fim de fazer o fechamento deste trabalho, será sinalizado possibilidades de superação deste problema.

Esta pesquisa adotou como percurso metodológico a investigação qualitativa, de cunho exploratório, na qual se utilizou como instrumento técnico de coleta de dados, um questionário com questões abertas e fechadas para alunos do Ensino Médio de Ensino, no Município de Ponta Grossa - Paraná. Os dados coletados, foram examinados à luz dos referenciais teóricos que serão citados ao longo deste trabalho.

Onde foram selecionadas três escolas da Rede Estadual de Ensino, foram aplicados o total de 48 questionários, em 4 turmas de terceiro ano do EM.

Este tema se deu a partir de experiências acadêmicas, as quais trouxeram vivências pessoais com o tema, onde colegas de sala por necessidade evadiram, e não haviam explicações referentes ao acontecimento, ou movimentações em prol deste aluno que evadiu. Logo na caminhada acadêmica optou-se por pesquisar esta temática, através dos programas de pesquisa ao longo desta graduação.

Nesta trajetória notou-se poucas produções acadêmicas relacionadas à evasão escolar, e a ausência de debates teóricos e/ou práticos, e poucas falas referente a esta etapa de ensino, na formação de professores.

Desta forma este trabalho, tem como finalidade conhecer esta etapa de ensino e os alunos que a frequentam, fazendo relações com o turno que optaram para os estudos, devido às demandas existentes com famílias, trabalho, situação econômica, entre outros fatores. Como também conhecer os olhares que os alunos possuem em torno do tema abordado, e como eles reconhecem o ato de evadir ao seu entorno.

O autor Ferrazo (2003, p. 3) afirma que quando define-se pesquisar temas relacionados ao cotidiano “estamos sempre em busca de nós mesmos, de nossas

histórias de vida, de nossos 'lugares', tanto como "alunosalunas" que fomos, quanto como "professoresprofessoras" que somos". Percebe-se então que somos nós os sujeitos de nossa própria investigação, em tempos e espaços diferentes, o autor ainda complementa:

Assim, em nossos estudos "com" os cotidianos das escolas há sempre uma busca por nós mesmos. Apesar de pretendermos, nesses estudos, explicar os "outros", no fundo estamos nos explicando. Buscamos nos entender fazendo de conta que estamos entendendo os outros. Mas, nós somos também esses outros e outros "outros". Por vezes, quando nós nos explicamos, pensando que explicamos os outros, falamos coisas próximas daqueles que queremos explicar. Mas, mesmo assim, ainda somos os sujeitos explicados em nossas explicações. Somos caçacaçador. E, com essas explicações, nos aproximamos das explicações dos outros. (FERRAÇO, 2003, p.160-161).

Reconhecendo os desafios inerentes a esta discussão no campo da pesquisa, compreendo sua importância e entendo-a como uma necessidade, propondo espaços para que se construam debates, e possibilidades de estratégias para minimizar esse problema tão presente e persistente no campo educacional.

1. O ENSINO MÉDIO NOTURNO: UM BREVE PANORAMA DA REALIDADE DOS ALUNOS ATENDIDOS

Neste capítulo, iremos analisar o EM noturno, a partir das legislações que permeiam esta etapa da Educação Básica, estabelecendo parâmetros com dados oficiais atuais do Município de Ponta Grossa. Será discorrido sobre a Lei 13.415 de 2017, que estabelece a reestruturação do EM, para o novo EM, e se as demandas do ensino noturno são atendidas.

Será explorado também, o aluno que faz esta modalidade no período noturno, suas características, fases, e ressaltando quem é o aluno trabalhador que se encontra neste período.

1.1. O ENSINO MÉDIO NOTURNO

O EM, vem sendo alvo de debates devido à sua dimensão, carregado de construções históricas, sociais e culturais. Compreendendo sua trajetória histórica, e compreendendo a importância de conhecer sua trajetória de construção e desconstrução, iremos percorrer um trajeto histórico. Sabe-se que esta etapa da educação possui seu início com os Jesuítas, no Brasil Colônia, mas seguiremos a partir da Revolução, que Getúlio Vargas liderou, pois foi onde se teve grandes transformações no sistema educacional.

No Brasil, no início do século passado o EM, que tinha como nomeação Ensino Secundário tinha o intuito de preparar os alunos para o ingresso nas universidades, logo tinha sua oferta limitada, não podendo atender o público na sua totalidade, então acabava se destinando às elites.

A partir de 1930 que o ensino secundário começou a atender um público maior, não destinando apenas a aqueles que possuíam uma melhor condição financeira, segundo a autora Lopes (2017) aborda em seu trabalho.

Então, com a demanda elevada, com novas realidades emergindo, viu-se a necessidade de oportunizar a profissionalização, junto ao ensino médio, já que o ensino superior continuava limitado a apenas algumas pessoas, e com a finalidade do ingresso no mercado de trabalho (QUEIROZ, 2009).

Com poucas vagas para o ensino superior, e este ainda sendo destinado a indivíduos vindos de famílias da elite em 1970, começou-se a se construir momentos de tensão entre os jovens, pois os alunos que estavam no EM¹, pediam por mais vagas no ensino superior, para que houvesse oportunidades maiores de ingresso.

Para tornar o ensino mais atrativo aos olhos dos alunos, na promulgação da Lei n. 5.692, de 1971, se notava a preocupação de unir a formação educacional com a preparação para o mercado de trabalho, como consta no seu artigo 1º:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971, s/p).

Mas, o fracasso na proposta se deu desde seu início, pois nem o mercado teria tantas vagas para suprir o número de técnicos formados, nem sequer o Ensino Médio teria suporte para abranger um ensino totalmente profissionalizante, havendo então alterações logo em seguida em 1975.

Logo em 1982 houve mudanças na sua redação, onde estabelecia a profissionalização agora obrigatória, na tentativa de diminuir as relações turbulentas que estavam se constituindo mas ao mesmo tempo ser atrativo aos olhos dos alunos o ingresso no EM. Se anula a questão instituída que se tratava da obrigatoriedade da profissionalização com a lei nº 7.044 de 1982.

Tais mudanças geraram uma crescente busca pela matrícula do Ensino Médio, onde em 1983 tinha-se 2,9 milhões de matriculados (OLIVEIRA, 2004), essa grande busca vinha das marcas deixadas do cenário estatal, em que se acreditava que ingressar no Ensino Médio lhe garantiria ao final uma vaga no mercado de trabalho.

Neste período o EM para a população ficou superficial sem um significado, já que a profissionalização não poderia ocorrer da forma proposta. Estudos foram se construindo referente ao EM e seu significado e importância, um estudo de referência é de Dagmar Zibas (1992, p.58), aborda que o EM se trata do segmento do 1º grau, e que este de fato tem sua importância na construção da formação para a cidadania.

¹ Utiliza-se Ensino Médio ao longo do texto, embora essa nomenclatura seja utilizada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/96, o que antes era ensino de segundo grau, passa a ser Ensino Médio. E quando esta etapa de ensino se torna obrigatória, na completude da Educação Básica.

Mais tarde, de forma a instituir essa definição para o seguimento do EM, se institui a LDBEN, Lei n. 9.394/96 demarcando as três etapas da Educação Básica: Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio, ofertado de forma gratuita e de qualidade, englobando também o atendimento especializado a alunos que possuem algum tipo de deficiência, compreendendo a importância dos três segmentos para a formação humana:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola;
b) ensino fundamental;
c) ensino médio;
(BRASIL, 2010, p.8)

Pontua também em seus incisos, o acesso de forma gratuita, para alunos que possuem a distorção idade-série, para que possam concluir, regularmente, tanto o EF quanto o EM. Aponta que o ensino noturno deve ser ofertado adequadamente dentro das condições dos alunos, que no exercício de fazer ligações temporais, ainda nos dias atuais não consegue se fazer garantia dessa abrangência:

IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;
VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
(BRASIL, 2010, p.8)

A próxima preocupação era a universalização do EM, a primeira vez citada na Constituição Federal de 1988. De maneira a se confirmar essa proposta foi revista no texto da LDBEN, que retrata a: “progressiva universalização do Ensino Médio gratuito”, no seu artigo 208, inciso II.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), em 20 de dezembro de 1996, traz em sua descrição o EM como a última etapa da EB, dando sequência e continuação ao EF, trazendo as descrições que constrói esta etapa como consta em seu artigo 35:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, p.12).

Ainda na análise deste artigo, percebe-se como ele traz o segmento do ensino fundamental, para o Ensino Médio no intuito de aprofundamento de conhecimentos. Ressalta que o Ensino Médio além das linhas de conhecimentos, visa também formar o ser humano na sua totalidade, o preparando para o trabalho e cidadania, focando também no desenvolvimento integral da autonomia, como também o pensamento crítico.

No intuito de proporcionar essa educação integral para todos, as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio na Resolução CNE/CEB nº 2, em 20 de janeiro de 2012, articulada às Diretrizes Curriculares para Educação Básica, trazem uma nova orientação que faz mudanças.

Estas novas orientações, vêm agregar ao EM, pontuando que durante o período de estudos a escola deve proporcionar tempo e espaço próprio para estudos e atividades, reconhecendo as particularidades de cada aluno e suas necessidades, para um desenvolvimento significativo no EM, com qualidade e universalidade. Como aponta no artigo 14, inciso VI:

Art. 14-XI - a organização curricular do Ensino Médio deve oferecer tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades éticas, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento. (BRASIL, 2012, p.6).

Pensando na importância que o Ensino Médio possui, dentro do processo de desenvolvimento de cada indivíduo, faz-se necessário pensar estratégias para garantir que os jovens concluam esta etapa, não apenas na intenção de manter índices positivos, ou porque se dispõem na lei, mas sim, porque compreende-se a dimensão e o impacto que possui esta fase na vida de cada indivíduo.

Uma das dificuldades enfrentadas até os dias atuais, e que refletem todo esse cenário político que se precede, é de oportunizar de maneira universalizada e com qualidade o Ensino Médio a toda a população, de maneira a atender todas as demandas que advêm desta etapa, ainda mais quando se fala do período noturno, onde as políticas educacionais enfrentam um desafio ainda maior, alunos

trabalhadores, provenientes de famílias trabalhadoras, com rotinas cansativas e muitas vezes desmotivados.

Nesse contexto político e social, que veio se desenvolvendo neste trabalho, que nos faz de maneira meticulosa, analisar essa etapa noturna, e os alunos a quem ela atende, no Município de Ponta Grossa – PR.

Tabela 1: Colégios que atendem ensino médio noturno

Nome	Turnos	Modalidade
COLÉGIO ESTADUAL 31 DE MARÇO	M/T/N	Regular
COLÉGIO ESTADUAL ANA DIVANIR BORATO	M/T/N	Regular
COLÉGIO ESTADUAL PADRE ARNALDO JANSEN	M/T/N	Regular
COLÉGIO ESTADUAL PADRE CARLOS ZELESNY	M/T/N	Regular
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA ELZIRA CORREIA DE SÁ	M/T/N	Regular EJA Profissional
COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR EPAMINONDAS NOVAES RIBAS	M/T/N	Regular EJA Profissional
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR EUGÊNIO MALANSKI	M/T/N	Regular
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR CESÁR PRIETO MARTINEZ	M/T/N	Regular Profissional
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY	M/T/N	Regular Profissional
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ GOMES DO AMARAL	M/T/N	Regular
COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	M/T/N	Regular
COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ	M/T/N	Regular
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA SIRLEY JAGAS	M/T/N	Regular

Legendas: Modalidade: M (manhã) | T (tarde) | N (noite)

Fonte: Dados de pesquisa organizados pela autora

Das 29 escolas que ofertam o EM, apenas 13 dessas ofertam matrícula no noturno, ou seja apenas 44,8% dos colégios do Município de Ponta Grossa que

possuem a modalidade de fato, dispõe da etapa noturna, dados estes obtidos pelo site do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, com sua última atualização no ano de 2022.

Já se tratando da quantidade de alunos que são atendidos em cada turno das escolas, apresentam-se os seguintes dados: Os colégios atendem atualmente com o EM um total de 1.949 alunos no noturno, 433 alunos no vespertino e no matutino um total de 3.163, ou seja, 35,1% dos alunos atendidos por esta etapa são encontrados no período noturno. Um número considerável de alunos são destinados a optar por este turno, sendo às vezes, a sua única opção viável para se manter nos estudos.

Tabela 2: Quantidade de alunos atendidos.

Nome	Noturno	Vespertino	Matutino
<i>COLÉGIO ESTADUAL 31 DE MARÇO</i>	236	-	-
<i>COLÉGIO ESTADUAL ANA DIVANIR BORATO</i>	194	-	40
<i>COLÉGIO ESTADUAL PADRE ARNALDO JANSEN</i>	254	-	-
<i>COLÉGIO ESTADUAL PADRE CARLOS ZELESNY</i>	75	-	350
<i>COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA ELZIRA CORREIA DE SÁ</i>	119	-	792
<i>COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR EPAMINONDAS NOVAES RIBAS</i>	72	-	285
<i>COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR EUGÊNIO MALANSKI</i>	212	-	-
<i>INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR CESÁR PRIETO MARTINEZ</i>	13	-	-
<i>COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY</i>	66	-	819
<i>COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ GOMES DO AMARAL</i>	269	-	-
<i>COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA</i>	71	-	-
<i>COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ</i>	159	433	877
<i>COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA SIRLEY JAGAS</i>	209	-	-

Fonte: Organizado pela autora.

Que por sua vez se faz preocupante, já que segundo a autora Souza (2020) as políticas públicas em modo geral não são voltadas ao Ensino Médio noturno nas suas particularidades e demandas, mas sim políticas feitas para o EM regular diurno, enfatizando a ideia da “escolarização na idade certa”, entendida esta como uma inadequação.

Percebe-se nos colégios grandes esforços para se manter os alunos em período escolar, já que se compreende que a grande parcela destes alunos são trabalhadores, e que suas rotinas maçantes, os deixam desmotivados a continuar no ensino regular. (Moehlecke, 2012).

Vale ressaltar de maneira frequente que a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013), sinalizam enquanto a importância da visibilidade dos sujeitos frequentadores desta modalidade noturna, entendidos como jovens carregados de especificidades sociais e culturais, que devem ser atendidas e visualizadas. Com seus valores, crenças e visões de mundo, necessidades das mais diversas, cheias de pretensões e interesses.

Consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos e as várias manifestações de cada comunidade; (BRASIL, 2013, p. 152).

Alunos com trajetórias desafiadoras e de dificuldades também estão neste grupo, então compreende-se a pluralidade inevitável que estes jovens do EM possuem, e como serão atendidos e encaminhados em seus estudos deve ser repensado, com políticas mais flexíveis e abrangentes às suas realidades.

A escola possui uma carga de responsabilidade grande, quando de fato deve tentar compreender qual aluno estará atendendo, o aluno ingressa no intuito de encontrar uma profissão, o aluno que almeja uma vaga no ensino superior e aquele aluno que ainda não sabe o que almeja, de fato o equilíbrio deve ser procurado, mas atendendo ambos os lados como Moehlecke (2012, p.7) refere-se:

A permanência do estudante no ensino médio envolve um conjunto de fatores que podem facilitar ou não esse processo, tais como: idade com que ingressam na escola; inclusão ou não no mercado de trabalho; trajetória escolar anterior; taxas de repetência e evasão; aproveitamento dos estudos; infraestrutura oferecida; qualidade do corpo docente, entre outros. Nesse sentido, qualquer política direcionada a esse nível de ensino e ao seu alunado

precisa ser pensada de modo que considere integradamente, esses múltiplos aspectos.

As políticas educacionais ainda possuem grandes avanços a ocorrer, para de fato atingir a todos estes alunos que se encontram no EMN, tarefa essa com grande complexidade, para de fato articular uma educação para a cidadania, uma formação para o mercado de trabalho e uma preparação para o ensino superior.

1.2. LEI 13.415 DE 2017 – O NOVO EM

Com início da MP – Medida Provisória 746, direcionada através do Congresso Nacional em 2016, possuía-se o objetivo da reforma do EM, as propostas que continham nesta MP causou mobilizações no país todo, onde a população se mostrava contrária a esse reestruturação do EM, uma das propostas incluídas estavam a alteração da carga horária mínima de maneira anual para 1.800 horas, que propunha também o EM em tempo integral

Se tratando do currículo, a proposta entendia que deveria se manter de maneira obrigatória os conteúdos de Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, e as matérias de Arte, Educação Física, Sociologia e Filosofia opcionais. Como fator obrigatório o currículo deve se ater a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas cada escola poderia optar por qual itinerário oferecer, possuindo total liberdade para definir as áreas de conhecimento, habilidades e competências a serem trabalhadas na instituição.

A prevalência de conteúdo das disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Inglês, sobre matérias voltadas à formação humana como filosofia e sociologia, e formação cultural como artes, deixa em aberto uma brecha, onde se questiona “mas e a formação humana na sua totalidade?”, a MP 746 deixa claro esta diferenciação:

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente da República Federativa do Brasil, observado, na Educação Infantil, o disposto no art. 31, no Ensino Fundamental, o disposto no art. 32, e no Ensino Médio, o disposto no art. 36.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Infantil e do Ensino

Fundamental, sendo sua prática facultativa ao aluno (MEDIDA PROVISÓRIA, Nº746/2016, p.1).

Essas medidas são voltadas apenas ao sistema de ensino público, deixando optativo essa reestruturação da modalidade as escolas da rede privada, o que deixa novamente espaço para questionamentos, pois se a reforma é deveras proveitosa e de maior beneficiação deveria ser estipulada a toda e qualquer instituição que ofereça a modalidade do EM seja ela pública ou privada.

Os conteúdos programáticos para processos avaliativos de ingresso ao ensino superior continuam com conteúdo programáticos em todas as áreas, e o que de fato está sendo trabalhado de maneira incansável nas escolas de EM da rede privada, enquanto a escola pública, com a implementação do novo EM oferta de maneira opcional itinerários aos alunos para que escolham a área de atuação, não podendo ofertar na integralidade todas as matérias.

Medida essa que vem carregada fortemente da dicotomia que de maneira histórica tinha se vencido, entre a formação humana e a profissionalização do jovem aluno do EM, como Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) se posiciona:

Com relação ao currículo, a reforma empobrece o Ensino Médio retirando (ou não) as disciplinas de artes, educação física, sociologia e filosofia, conforme se anunciou na solenidade governamental e que depois foi retratada não se sabe exatamente o porquê. Propõe-se novamente a dicotomia entre formação geral humanística e a profissional, mas vai além, ao propor também a dicotomia entre a base comum nacional e as áreas de ênfases do conhecimento: linguagem, matemática, ciências humanas e naturais e ensino técnico profissional (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 2016, p.1).

Mesmo com manifestações contrárias, até mesmo dos próprios alunos, os quais deveriam se escutar, a implementação aconteceu, e se transformou na Lei nº 13.415 de 16 de Fevereiro de 2017. Mas se institui como lei, com alterações no seu texto mantendo a obrigatoriedade em determinadas disciplinas como afirma em seu texto no artigo 35-A:

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do Ensino Médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

Deixando claro em sua descrição, que incluirá de maneira obrigatória educação física, arte, sociologia e filosofia, e as matérias de língua portuguesa e matemática será obrigatória nos três anos do EM, deixando a subentender que as outras matérias podem ser trabalhadas em apenas um ano, ou em módulos, não sendo obrigatória no percurso completo do EM.

Na lei também se faz preocupante enquanto as escolas em tempo integral, onde já se constata diversos problemas na rede pública, em escolas que oferecem o ensino médio, dificuldades das variadas como: infraestrutura; formação de professores; precarização do trabalho docente; número de vagas, entre outros. E entende-se que ofertar uma educação em tempo integral, não garante uma educação de qualidade para os alunos, então logo se os problemas não são resolvidos, ter uma escola em tempo integral acarretará no aumento destes problemas, novamente se pensa que fica difícil de oportunizar uma educação integral.

Evidencia-se na Lei 13.415 de 2017 é a opção dos itinerários formativos, ou as áreas de conhecimento a serem trabalhadas que constam na BNCC, conforme o CNE, que consta no artigo 35-A e § 1:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

§ 1o A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

Faz-se preocupante compreendendo que as escolas não irão precisar oferecer todas as áreas de conhecimento, mas sim apenas uma, deixando aquele aluno que não possui meios de se direcionar a outra escola sem opções, devendo se direcionar não a área de conhecimento que mais lhe atrai, mas sim aquela que a escola optou.

Então, se tem problemas dentro da efetivação destes itinerários, o aluno que não possui outros meio de locomoção, por estar matriculado em escola que se encontrar próximo a residência não terá como acessar outra escola, e o aluno que possui esse meio, as vezes enfrenta distâncias longas, o que pode lhe conceder

desmotivação para ir à escola, acarretando em possíveis desistências, pois grande parte desses alunos são vindos de famílias de camadas populares.

Pensa-se então nos alunos que estão devidamente matriculados no ensino noturno, quando nessa reestruturação, não se tem cláusulas específicas, assumindo as particularidades de período, se a atenção se mantinha grande antes das mudanças, agora de fato deverão ser necessárias.

Uma vez que o público atendido neste turno tem particularidades que devem ser revistas e analisadas, para que taxas evasivas, que serão trabalhadas mais adiante neste trabalho não aumentem.

Por fim vale ressaltar, como a constituição desta lei gerou um marco na educação, este considerado como retrocesso por vários autores, podemos citar aqui Motta e Frigotto (2017) quando expõem:

Retroage à Reforma Capanema no contexto da ditadura Vargas, onde o ensino secundário industrial, comercial e agrícola não tinha equivalência para o ingresso no Ensino Superior. A superação definitiva deu-se mediante a Lei nº 4.024/1961, que instaurou a equivalência dos diferentes ramos do então ensino industrial, agrícola e comercial. Agora com o engodo de que o aluno tem alternativas de escolha, a Lei cria cinco itinerários estanques que supostamente seriam oferecidos pelas escolas. Amplia-se, agora, o leque da não equivalência; (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.368)

Os autores trazem apontamentos também, sobre como a livre escolha de itinerários, dentro da realidade escolar dos colégios da rede pública, não se constrói, já que a realidade financeira e estrutural destas não suportam.

Para que se fato seja fornecido de maneira autônoma a escolha aos alunos, se encontram dificuldades, como já vivenciado em algumas escolas, se é ofertado o itinerário que cabe dentro do que a instituição pode ofertar, sendo muitas vezes apenas um, já que a quantidade de salas e de vagas para atender os alunos não é abrangente:

Retroage à Lei nº 5.692/1971, reforma da educação dos tempos da ditadura empresarial militar com uma profissionalização precária frente às realidades dos estados. Não será questão de “livre escolha”, como propalam os reformadores, mas compulsória, pois será o caminho de cumprir com a carga horária obrigatória e, quando houver, a ampliação do que denomina de escola de tempo integral em condições infraestruturais precarizadas. Nessas condições dadas, cada escola vai ofertar a educação profissional que couber em seu orçamento; retoma, em um outro contexto e dentro de um estado de exceção, o ideário da política de Paulo Renato de Souza. Agora sequer precisam postergar as medidas, como ocorreu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.368)

Finalizam os autores, demonstrando completa insatisfação com esta reformulação no seu todo, já que as únicas escolas que a incorporam, são as escolas da rede pública, deixando as escolas privadas sem a adaptação de itinerários. Trazendo retrocesso assustador para educação pública, já que o EM incorpora um segmento técnico, guiando o aluno para o mercado de trabalho diretamente, não apontando para o aluno caminhos que os levam a vida acadêmica, formativa, mas sim pontuando que a conclusão do EM é o suficiente para uma vida em sociedade:

Retoma, de forma pior, o Decreto nº 2.208/1996, que já aprofundava a dualidade estrutural entre educação profissional e educação básica. O anúncio do Médio-Tec pelo MEC indica, de forma clara, a incorporação do Pronatec no Ensino Médio regular. Uma comprovação inequívoca de que se trata de uma contrarreforma destinada aos filhos da classe trabalhadora. Também uma confissão explícita de que o MEC assume, de fato, uma divisão classista da educação. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.368).

Isso reafirma, a dificuldade de se aceitar uma lei que se concretizou de maneira tão acelerada e sem estudos prolongados sobre todo o contexto, pois falamos de uma das áreas educacionais, que enfrentaram grandes dificuldades e retrocessos na sua história, modalidade essa que possui dificuldade de permanência do aluno até sua conclusão.

Nos resta construir debates e discussões em torno dessa modificação, e a luta por condições de ensino aos nossos alunos com qualidade, propondo a universalização, deixando a educação acessível a todos, como de fato por direito é.

1.3. O ALUNO DO EMN

Os jovens e adolescentes são o público que se destina a educação secundária no Brasil, e devido à grande demanda e procura, temos atualmente nesta modalidade de ensino grande pluralidade entre os alunos. Para tanto, percebe-se como esta fase da adolescência, é uma fase extremamente decisória, onde os alunos se percebem dentro da sociedade civil, como autores de uma história que estão construindo, para Marília Sposito (2005) é nesta fase que o jovem vai a procura de sua autonomia, fase qual sinaliza um marco no processo de construção de sua identidade, tanto coletiva quanto pessoal, a partir de experiências e tomadas de decisões.

Na busca de compreender, esse processo de transição que o indivíduo vivencia, Priotto e Silva (2019) analisam esse período da adolescência (que ocorre entre 10 e 19 anos de idade) os como de extrema importância, pois é onde o

adolescente irá e construir sua identidade, dentro das características que possui, marcando este período de grandes mudanças e de crises com grande profundidade, gerando fragilidade durante este processo.

Além destas características tão marcantes neste processo, percebe-se como o meio que este aluno vive e os grupos que ele faz parte, influenciam nas tomadas de decisões e no perfil que está se construindo.

Nesta perspectiva, de processo transitório na adolescência, a autora Rosa (2015) afirma que este período que o ser humano passa, se identifica pela busca da identidade e da expressão da autonomia, pois se busca responder inúmeros questionamentos, demonstrando um processo confuso, marcado por conflitos.

É a partir dessa concepção de autonomia, que automaticamente se levanta entre os alunos do EM, a partir de seu ingresso, que grande parte dos alunos possuem interesse ou obrigatoriedade de desenvolver alguma atividade remunerada após o horário escolar.

Em dados levantados por meio do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em 2017, mostra que a taxa de alunos de 15 a 16 anos que estão inseridos no mercado de trabalho é uma das maiores, em 6 países com as maiores taxas, o Brasil se encontra inserido, sendo 43,7% dos jovens terem declarado realizar alguma atividade antes ou após a escola.

Este dado nos mostra, que o fator financeiro, vem sendo a principal atividade entre as pessoas, desde a fase juvenil, sendo que nesta fase o ideal, seria a preocupação com a conclusão da Educação Básica.

Segundo a Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), os alunos que exercem alguma atividade remunerada fora do horário escolar, possuem a tendência a diminuir seu rendimento na escola e a não se sentirem encaixados no ambiente escolar, como outros fatores que acabam sendo resultantes de grandes demandas de atividades extraescolar, como a evasão.

A última atualização de estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) mostra que jovens de 14 a 29 anos levam como principal motivação para abandonar os estudos a necessidade de trabalhar.

Permeando todo o debate dessa transição do aluno dos anos finais para o EM, comprovando que esta fase se torna primordial para o aluno, essa busca por liberdade

financeira, seja ela para se auto manter ou em uma posição necessária, para colaborar na renda familiar.

Percebe-se então, como os alunos vivenciam esta fase de maneira intensa, uma vez que acreditam que a mudança deve ocorrer neste momento de sua vida.

Estes mesmos alunos, ainda em âmbito escolar, se veem marcados pelo cansaço de se ter, que conciliar a rotina escolar, com quaisquer atividades extraescolar que gere renda. Por sua vez, estes jovens, não querem ser vistos como trabalhadores cansados e não obstinados, mas gostariam do acolhimento e compreensão dessa árdua rotina. E, na busca de manter o equilíbrio entre escola e trabalho, percebe-se que a conclusão da educação básica, vem com o desfecho, de que se concluir os estudos, conseguirá melhores empregos, com rendas mais satisfatórias.

Para alcançar melhores condições de vida, observa-se a relação estabelecida entre o aluno e a escola. Assim,

[...] a importância dada à escola como pré-requisito para empregos mais bem-remunerados e de maior prestígio social perpassa os relatos de quase todos os alunos sobre a trajetória no mercado de trabalho, às vezes implícita, outras explicitamente. (SPOSITO, 1989, p.61)

Grande parte destes alunos, que desenvolvem alguma atividade após o período escolar ou antes de iniciar seus estudos, procuram atividades remuneradas com diversos tipos de contratação e remuneração. No entanto, pela falta da formação completa e pela idade, a maior parcela desses alunos praticam atividades de estágio e/ou atividades informais, as quais não geram rendas, que de maneira significativa são altas.

E na constância, de desenvolver múltiplas tarefas diárias, encontramos um aluno jovem, que se coloca na posição de adulto, através das responsabilidades que a carga diária lhe traz. Mas ao mesmo tempo se tem o jovem que quer um espaço de acolhimento e liberdade dentro da escola, para vivenciar de fato seu processo juvenil.

A preocupação com o público jovem e a fase desafiadora que vivenciam, já vem sendo debatido há décadas por autores, que trazem na sua fala a preocupação com estes alunos trabalhadores, e o espaço que lhes é ofertado no período de ensino noturno, como Pucci:

A resposta escolar às exigências da realidade do trabalho, que passa pela atualização da escola pública em relação às questões político-científicas, não pode prescindir da consideração de que os alunos, além de trabalhadores, são jovens e adolescentes em sua maioria (PUCCI, 1994, p.148).

A jornada diária mesmo não sendo facilitada, os alunos se mantêm persistentes, pois entendem que é através da conclusão de seus estudos, que de fato terão a possibilidade de sua ascensão social. Mesmo que tenham que conciliar uma carga diária maçante de trabalho e estudos, em vários casos o aluno não possui a opção de escolha do turno, grande parte por causa de serviços remunerados:

O ensino noturno, portanto, não é uma escolha: é a única alternativa de que pode lançar mão o trabalhador, na tentativa, em grande medida frustrada, de conciliar duas jornadas: a de trabalho e a de estudo. (...) Para um número razoável de adolescentes (que podiam frequentá-lo durante o dia) é consequência da incapacidade do poder público de expandir a rede física escolar” (PUCCI, 1994, p.139).

Estes alunos, começam então a almejar a sua trajetória, após a conclusão do EM, seja ela acadêmica no ensino superior ou em um curso técnico para especialização, e para isso acreditam que o EM pode oferecer condições para o seguimento após a conclusão da Educação Básica.

Muitos destes alunos, ainda na busca de mudar suas realidades e obter a transformação delas, acreditam que:

Discriminados economicamente, sofrendo as desigualdades do sistema escolar, esses alunos acreditam que a posse do ‘saber’, ainda considerado como algo obscuro e até mágico, lhes daria condições de melhor enfrentamento e talvez de superação de sua condição social (SPOSITO, 1989, p.102).

Superação essa, que se ocorre de fato, gera apropriação de saberes da relação conhecimento e trabalho diferente, das quais está repetidamente consciente, já que vivencia de fato:

A faculdade é para o trabalhador-estudante um momento importante de reapropriação de um saber gradativamente expropriado ao longo da escolaridade e permite uma relação diferente com o processo de conhecimento e com a sua prática no mundo do trabalho (SPOSITO, 1989, p.115).

Para que esse objetivo, que se desenvolve após o período escolar ocorra, visualiza-se a necessidade de inserir, cada vez mais, os alunos em processos decisórios dentro da escola. Se tratando do EM, além de favorecer o sistema de ensino, com a visão de seus discentes, colabora para a construção da identidade de

alunos críticos e participativos, que contribuirão para uma transformação social de demandas necessárias.

Analisando, a importância da existência do EMN, para estes alunos trabalhadores, logo se busca, proporcionar a esses alunos, não somente uma educação noturna, já que se faz necessária, mas uma educação noturna de qualidade e que traga núcleos de ações motivadoras a esses alunos.

Observando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, nota-se que dos 340 mil estudantes devidamente matriculados no EM, 1 a cada 3 estudantes, destina-se ao período noturno, o que nos faz pensar no aluno trabalhador, em que espaço ele se encaixa?

Percorrendo aos direitos que permeiam os alunos do EM, é relevante lembrar que a legislação se compadece com a oferta do ensino regular noturno, e que este ensino deve estar adequado às condições dos alunos que o frequentam, como traz a Constituição Federal de 1988 (art. 208 inciso VI) e a LDBEN de 1996 (art. 4º inciso VI).

Visto que através dos direitos que garantem o EMN, com qualidade e que atenda a todas as camadas da sociedade, faz necessário refletir se de fato está adequado às condições que os alunos que frequentam necessitam.

Fala-se do aluno trabalhador, que é a grande parte dos alunos do EMN, uma vez que optam pela modalidade no noturno para poder trabalhar ou desenvolver atividades com o intuito de ganho financeiro, e em razão da importância de visualizar o perfil desses alunos, não se contarmos apenas a este perfil.

Na busca de se compreender quem é este aluno, além do aluno trabalhador, mais em si o aluno nas diversas composições, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2012), que os alunos que frequentam o ensino médio são jovens entre 15 a 29 anos de idade, e para além, a mesma compreende o processo da juventude como uma circunstância na qual o sujeito não deve ser compreendido de maneira simétrica, mas sim através das pluralidades que essa faz propõem, dentro das dimensões sócio-histórico-cultura.

Então para poder oferecer um ensino para todos se faz necessário compreender a juventude em todas as suas particularidades, Dayrell (2003, p. 42) aponta como a juventude é um processo amplo:

Entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes.

Em virtude da amplitude que a juventude carrega, em todas as suas dimensões, não deve-se em momento algum, criar visões romantizadas dessa fase tão essencial dos indivíduos que a vive, a qual acarreta marcas profundas a serem carregadas, não se trata de uma fase de conflitos ou irresponsabilidades, que segundo a autora Dayrell (2003) traz visões negativas a respeito. E a juventude carrega consigo uma característica que a escola também assume, um papel transitório, mas ambas com papéis fundamentais.

E, em meio a este processo, o jovem tenta atribuir sentido à escola, mesmo que os mesmo compreendam a importância que ela possui, se compreende que deve-se concluir a escola em nível médio para se possuir algo ou ser alguém, para no futuro haver realizações.

No diálogo entre a escola e o aluno, nota-se como o aluno mesmo que percebido no local, ainda tem seu espaço de fala muito comprometido segundo a autora Dayrell (2009), o que é despropositado, uma vez que o aluno é essencial para o processo educacional ocorrer, o aluno não tendo sua voz atendida, deixa a escola a mercê de não poder atender as necessidades e demandas da juventude.

Talvez essa falta de atenção às vozes que deveriam ser ouvidas, vem da concepção errônea de juventude, aquela à qual já citada, onde se deturpa a visão a partir de estereótipos criado para os jovens, não que de fato ocorram, mas que é de fácil aceitação, que o jovem é irresponsável e não se interessa.

Por essa razão é necessário se compreender a juventude, e como os jovens do EMN estão vivendo e construindo suas identidades, grande parte destes já são pertencentes de camadas populares da sociedade, vindos de famílias trabalhadoras, com trajetórias carregadas por dificuldades e desafios, que influenciam por consequência na sua própria realidade.

2. EVASÃO ESCOLAR

Neste capítulo será apresentado a evasão escolar e seus devidos conceitos, como também os fatores que colaboram, para que o aluno evada. Serão analisadas as metas do Plano Nacional de Educação que foram estipuladas a partir de 2014, para sua implementação em 10 anos.

Serão expostos dados do Município o qual foi desenvolvida a pesquisa, analisando fatores como distorção idade-série e reprovação que corroboram para o ato de evadir.

2.1. A EVASÃO ESCOLAR: CONCEITOS E FATORES

A evasão se trata de problema recorrente, que gera uma crescente preocupação no campo educacional, que afeta toda a nossa sociedade em um grau alarmante. O que evidencia, a essencialidade de se pensar estratégias e demandas para contribuir com a diminuição, auxiliando o acesso do aluno a escola e sobretudo a sua continuidade.

Se tratando da sua historicidade, o tema evasão escolar traz considerações, debates e até mesmo reflexões em várias repartições educacionais, que se pautavam com deveres da escola, da família e do estado, o fato da permanência do aluno na escola, estabelecido pela LDBEN, no Art. 2º (BRASIL, 1996). O acesso à escola e a permanência também é garantido na Constituição Federal (1988).

Neste sentido, é importante entender qual é o papel da escola, como explica Saviani:

[...] é papel da escola, às camadas populares passaram a ter acesso aos mesmos conhecimentos que, historicamente, eram excluídos de uma pequena parcela da população. Nesse sentido, é papel da escola garantir o acesso ao conhecimento científico e erudito aos alunos das camadas populares, uma vez que o domínio desse conhecimento é condição de cidadania para essa parcela da população. A escola começa a suprir essa função social com o ingresso do aluno (SAVIANI, 2000, p.13).

Para melhor compreensão e análise acerca do assunto, deve-se de maneira inicial compreender, alguns conceitos, que quando citados ocorre uma mistura de sentidos e significados. Devido à grande diversidade de conceitos existentes acerca

de evasão, abandono e fracasso escolar, sabendo que esses termos não possuem o mesmo significado e proporção, torna-se difícil pontuar uma única definição.

O que acaba por dificultar também, a qualificação e quantificação na exatidão dos casos a serem analisados, assim possibilita uma maior dificuldade na busca de soluções e análises para superar este problema que resiste e permanece no sistema educacional.

Dentro deste cenário, Libâneo (1989) faz alerta, referente ao desafio proposto dentro dos processos educacionais, onde se aponta uma escola pública, que se construa como um ambiente de formação para o crescimento e desenvolvimento tanto coletivo como pessoal, o que se solidifica não somente na necessidade de oferecer o acesso, mas de maneira primordial a permanência desses alunos na escola.

O problema da evasão escolar, vem sendo debatido e abordado por vários autores, como o autor Johann (2012) que expõem como este problema da evasão escolar vem se arrastando no Brasil ao longo dos anos. Apontando, que se trata de um problema social, não sendo exclusivamente da família ou da escola.

Verifica-se então com este autor, que a evasão escolar é o ato do aluno que abandona a escola, sem concluir um nível ou uma série:

No caso específico do ensino, a evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Essa situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola (JOHANN, 2012, p.65).

Para Johann (2012) a evasão escola então é resultado de problemas sociais agudos no Brasil, e o abandono dos estudos e a sua não conclusão, geram grandes prejuízos não somente para o futuro deste aluno, mas para a sociedade, já que este aluno, no futuro não terá qualificação para assumir cargos.

Johann (2012) ainda aponta, que a situação financeira do aluno interfere grande parte na vida escolar do aluno, uma vez que ele compreende a situação orçamentária de sua família e se vê na posição de contribuir nas necessidades que essa família possui, mas também entende que é através de seus estudos, que terá mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

Estabelecendo a compreensão desses dois fatores, que o aluno tenta manter as duas opções conjuntas, mantendo uma rotina diária sobrecarregada, que sem motivação e apoio, os leva a pensar em evadir.

Prosseguindo nos conceitos para compreensão da temática, temos Riffel e Malacarne (2010), que conceituam o evadir-se como o ato de abandonar, sair, desistir ou não permanecer naquele lugar. Tratando-se da evasão escolar, acredita-se ser o abandono ou fuga decorrente da participação em outra atividade.

A discordância entre evasão e abandono escolar foi abordada e usada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998), o abandono escolar é a situação a qual o aluno se desliga de maneira temporária da escola, sendo assim retorna no ano seguinte. Se tratando da evasão escolar a situação ocorre diferente, onde o aluno por inúmeros motivos desliga-se da escola mas não retorna.

Já no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (2012), traz como definição o abandono escolar, o distanciamento do aluno da escola e a desistência deste aluno de todas as atividades, sem requerer de maneira prévia sua transferência.

Dentre os autores que abordam a conceituação da evasão escolar, temos também Glavam e Cruz (2013, p.48), que retratam o cenário evasivo como a desistência ou saída do aluno que ali já possuía a matrícula realizada.

Os autores abordam um dilema que se institui a partir da evasão, quando se trata do aluno ingressar no mercado de trabalho de maneira precoce, podendo estar em posições trabalhistas com remuneração baixa, condições de trabalho desfavoráveis, direitos nem sempre garantidos, entre outros fatores.

Ainda abordam como o fenômeno da evasão escolar deve ser vista na sociedade como um todo, não somente pelo viés do fracasso do aluno. A instituição a qual o aluno faz parte, deve se envolver inteiramente, com professores, gestores e comunidade escolar como um todo, uma vez que este acontecimento afeta a todos, e a produtividade escolar.

Vasconcellos (1995) analisa a produtividade escolar em dois eixos, o primeiro é o ato do aluno se apoderar dos saberes, e o segundo é a conclusão de seus estudos.

Já Santos (2012) compreende a evasão escolar como “a situação do aluno matriculado e no decorrer do ano letivo, por algum motivo, deixa de frequentar a escola sem que haja um pedido formal de transferência” (SANTOS, 2012, p. 04).

Também aponta que, quando ocorre do aluno, por algum motivo no ano seguinte, não realiza a sua renovação da matrícula, assim não iniciando o ano letivo, também se entende como evadido.

A evasão escolar é um problema presente, que traz grande preocupação para sociedade, sendo uma dificuldade que tanto a escola, quanto o sistema de ensino vem enfrentando. Já que a evasão ocorre por inúmeros fatores, que atingem a vida do aluno, então percebe-se a dificuldade do aluno em conciliar as dificuldades de corrida de fatores socioeconômicos, demanda trabalhista, com a rotina escolar. (SANTOS, 2012)

Gerando um impasse, o aluno quando evade resulta em um grau de escolaridade baixa, gerando baixa qualificação desses alunos, que não conseguem atingir níveis de serviço mais elevados, tendo acesso a baixa remuneração, mantendo o ciclo de desigualdade intacto.

Ferreira (2013) aponta que, a partir do pressuposto que o “o fracasso escolar e a conseqüente evasão denotam o próprio fracasso das relações sociais que se expressam na realidade desumana que se vivencia no cotidiano, no qual a distância formada pela teoria e a prática desafia a inteligência do indivíduo”.

A partir dessas inúmeras conceituações, percebe-se que não há a existência de apenas um conceito, o que cabe analisar e repensar se existirá sua extinção enquanto problema educacional. Pois ele não se limita apenas a fatores intrínsecos e extrínsecos à escola, mas sim, uma soma de fatores sociais, políticos, econômicos, entre outros tantos, como na fala de Digiácomo (2005) propõe:

A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao exercício de expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado, já contando com a ‘desistência’ de muitos ao longo do período letivo. Que pese a propaganda oficial sempre alardear um número expressivo de matrículas a cada início de ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100% (cem por cento) do total de crianças e adolescentes em idade escolar, de antemão já se sabe que destes, uma significativa parcela não irá concluir seus estudos naquele período, em prejuízo direto à sua formação e, é claro, à sua vida, na medida em que os coloca em posição de desvantagem

face os demais que não apresentam defasagem idade-série (DIGIÁCOMO, 2005,p.1).

O problema da evasão escolar é recorrente ao passar dos anos, independente das metas propostas, como no Plano Nacional de Educação (PNE), que foi aprovado através da lei nº 13.005/2014, possuindo vigência de 10 anos, sendo então metas previstas a serem cumpridas no período de 2014 a 2024.

No PNE, temos metas que se de fato, houvesse sua efetivação, as taxas evasivas estariam menores, com a educação acessível a todos. A universalização do atendimento escolar para os alunos entre 15 a 17 anos proposto na meta 3:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (BRASIL, 2014).

Com o período de vigência já quase concluído, ainda se tem índices desfavoráveis a efetivação desta meta, com dados atuais oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que informa, que das 50 milhões de pessoas que possuem idades entre 14 e 29 anos, dez milhões não terminaram alguma etapa da Educação Básica, ou seja 20% delas.

Observando índices desfavoráveis às metas, logo nos remetemos a Constituição Federal de 1988, que nos fala sobre oportunizar um ensino universalizado, este tem que ser acessível a todos, não somente com seu ingresso mas também garantindo sua permanência. Observa-se então, que além de não estarmos alcançando as metas propostas, estamos nos distanciando do seu propósito.

Desse modo, deve-se compreender que os fatores geradores da evasão escolar são diversos, não centralizados em apenas uma instituição ou comunidade. Não se pode dizer, que vem ocorrendo em apenas alguns níveis sociais, mesmo que níveis elevados evasivos se encontrem em escolas que atendem comunidades mais afastadas, com nível social pouco elevado.

Logo que compreendemos que os fatores são os mais diversos, observamos que a escola necessita de auxílio, uma vez que apenas ela, de maneira única, não obtém o fim deste problema:

A evasão escolar não é um problema restrito aos muros intra-escolares, uma vez que reflete as profundas desigualdades sociais existentes em nosso país e se constitui como um problema social. A situação é alarmante, principalmente, por se tratar de uma parcela jovem da população que está excluída dos bens culturais da sociedade. Além disso, encontra-se fora do mercado de trabalho, por não atender às exigências da sociedade hodierna, cada vez mais integrada à globalização e aos ditames do projeto neoliberal no que diz respeito à qualificação da mão-de-obra (BATISTA; SOUZA; OLIVEIRA, 2009, p. 6).

Percebe-se então, que a criação de estratégias para o combate à evasão escolar deve ser pensada de maneira conjunta, em que se escute e ofereça um espaço para os alunos falarem, os docentes, a gestão escolar, com o auxílio do sistema de educação.

Para que logo que ocorra o abandono, sejam criados meios para que esse aluno possa retornar, e oferecer um espaço acolhedor e de oportunidades para que este aluno fique permanentemente no espaço escolar, até a conclusão dos seus estudos.

2.2. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

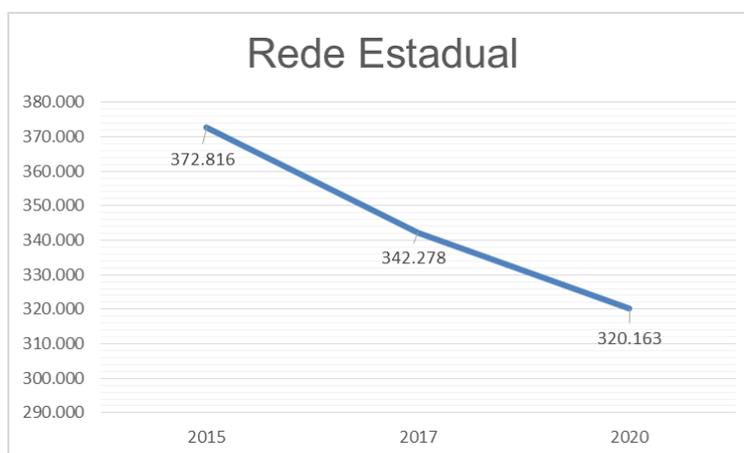
A evasão escolar é um problema educacional, que atinge todos os níveis da EB, de maneira acentuada o EM. Devido a fatores que atingem a parcela jovem dos estudantes, fatores estes como: gravidez na adolescência; dificuldades de acesso à escola; necessidade de trabalhar; desinteresse e falta de expectativas com sua vida formativa.

Existe a necessidade de analisar este problema, em especial nesta etapa da Educação Básica, uma vez que dados que constataam a evasão do EM são alarmantes, como traz a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano de 2017, em torno de 40% da população no Brasil entre 25 e 34 anos, não possuía o EM completo.

Grande parte desses alunos não concluintes, evade já no Ensino Fundamental anos finais, em alguns casos não chegam a ingressar no EM. Percebe-se que mesmo que a universalização do ensino fundamental tenha ocorrido, e aumentado o acesso ao EM, encontramos alunos ainda fora da escola.

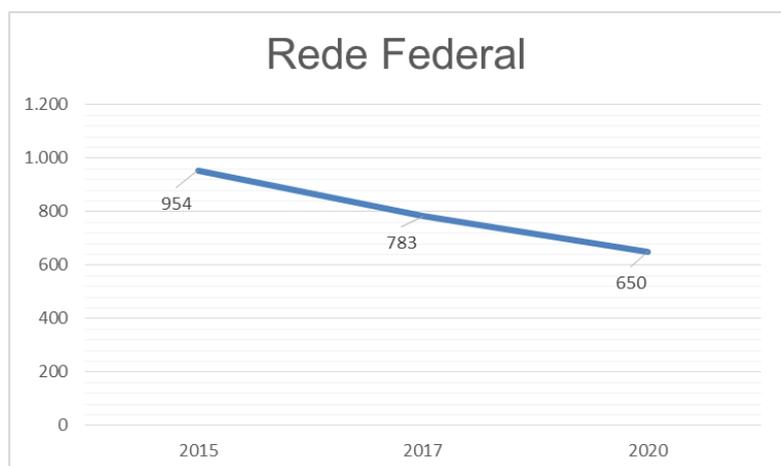
Em dados disponibilizados pelo Censo Escolar (2020), analisou-se o número de matrículas no Estado do Paraná, no período de 2015 a 2020, que mostram como o ingresso ao EM vem diminuindo, representado nos gráficos a seguir

Gráfico 1: Número de matrículas na rede Estadual.



Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados do Censo Escolar 2020.

Gráfico 2: Número de matrículas na rede Federal.



Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados do Censo Escolar 2020.

Percebe-se no dois gráficos, que entre os anos de 2015 a 2020, houve uma diminuição considerável no número de matrículas tanto na esfera Estadual quanto na Federal, o que nos leva a questionar a esta baixa procura dos alunos, por esta etapa, que de maneira essencial finaliza o período escolar dentro da EB.

² As informações referentes ao número de matrículas apresentado nos gráficos, foram extraídas do Censo Escolar 2020, Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/>

Na busca de compreender, essa ausência significativa dos alunos, em espaços, principalmente que deveriam estar sendo ocupado por todos, nos leva a repensar nas motivações, que os levam a evadir, como a necessidade de ingressar cedo no mercado de trabalho, gestação, distância considerável da escola, desmotivação, entre outros.

A desmotivação dos jovens, para ingressar no EM regular é apontada como uma das causas evasivas. Além das rotinas sobrecarregadas dos alunos do EM, problemas dos mais diversos, desde familiares, financeiros, entre outros, permite que este aluno não veja a conclusão de seus estudos como fator determinante, na sua mudança de posição social.

A distorção idade-série, também é um fator que traz desmotivações a este jovens, uma vez que por sua idade se sente diferente dos demais, seja porque houve reprovação ou abandono de algum ano escolar, faz com que o aluno não se sinta pertencente àquele lugar.

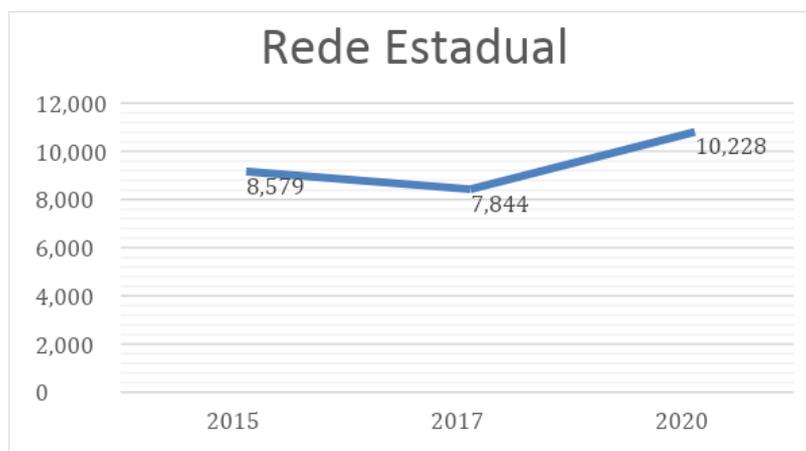
As taxas de distorção idade-série estão presentes em cada escola, nos dados do Censo Escolar (2020) percebe-se quão notável essas taxas se fazem presentes, no estado do Paraná, que também reflete no Município de Ponta Grossa:

Em 2020, a taxa de distorção idade-série do ensino médio foi de 26,2%, valor idêntico ao observado em 2019. As taxas de distorção do ensino médio são mais elevadas na rede pública do que na privada. Nas redes pública e privada, considerando as três primeiras séries dessa etapa de ensino, as maiores distorções são observadas para a 1ª série, com taxas de 32,9% e 7,8%, respectivamente (BRASIL, 2020, p.28).

Através destes números, pensa-se que pode ser um dos determinantes, para a decaída das matrículas no Estado do Paraná, pois como já citado nesta seção, o aluno se sente deslocado, pois para ele já deveria estar ou formado ou em uma série acima, o levando a desmotivação de seus estudos e a completude destes.

Os números de matrículas só se fazem maiores, e vistos positivamente devido ao seu elevado aumento, no Município de Ponta Grossa, onde esta pesquisa foi desenvolvida, os números demonstram um aumento significativo das matrículas na etapa do EM, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Número de matrículas na rede Estadual no Município de Ponta Grossa.



Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados do Censo Escolar 2020.

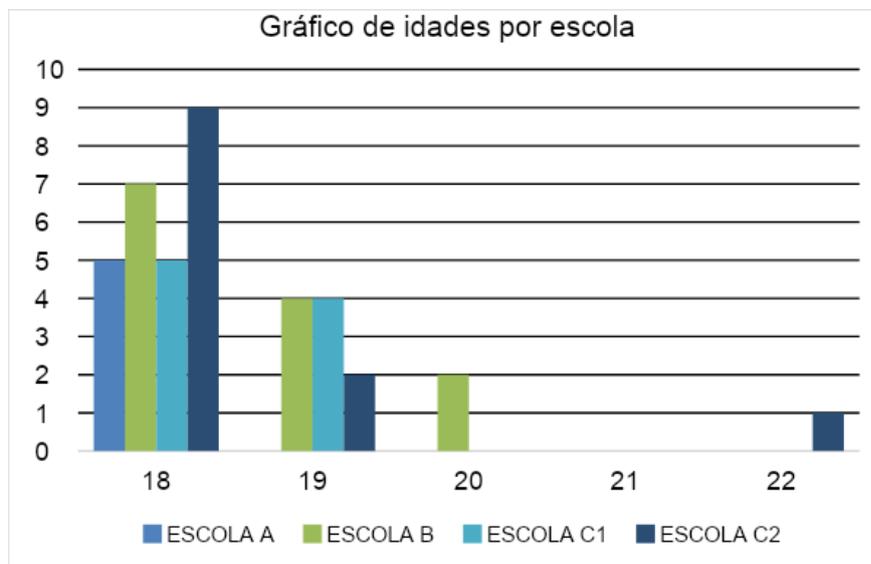
Nos gráficos percebe-se, a diferença neste elevado nível de matrículas, o que demonstra uma maior procura pelo ingresso no EM, no Município, uma vez que a realidade Estadual é diferente.

O fator da distorção idade-série, se faz real e presente na realidade escolar, dificultando a conclusão dos alunos na EB. Através da pesquisa de campo realizada, em colégios da rede Estadual no Município de Ponta Grossa, encontra-se nas falas dos alunos, a grande preocupação de estar com idade elevada e incompatível com a série que se encontra.

As taxas de distorção-idade série, mostram a quantidade de alunos, que têm pelo menos 2 anos a mais, do que se é esperado para aquela série, ou seja, os dados obtidos através do Censo Escolar, trazem aquele aluno que ficou fora de sala de aula ou devido reprovações, encontra-se em meio a essa distorção, não trazendo aquele aluno com diferença de apenas um ano, pois estes números poderiam estar ainda mais elevados.

No terceiro capítulo deste trabalho, será visto integralmente a pesquisa de campo realizada com estes alunos, só se faz pertinente, neste capítulo, trazer em forma de gráfico, a análise entre os alunos convidados a responder a esta pesquisa, as idades dos alunos que estão cursando o terceiro ano do EM traz uma variação significativa entre elas.

Gráfico 4: Idades por escola



Fonte: organizado pela autora, a partir dos questionários.

No gráfico constam as três escolas, que foram analisadas através da pesquisa de campo, sendo a Escola C, feita a aplicação do questionário em duas turmas de terceiro ano, utilizando a simbologia C1 e C2.

Entre todas as escolas, apenas a Escola A não possuía alunos em idade escolar não referente a sua turma, no restante, todas possuem alunos com distorção idade-série, seja ela de apenas um ano de diferença ou dois.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) destaca, como a medida que as séries do EM vão se elevando, as taxas de distorção idade-série vão diminuindo:

Uma outra questão importante a ser observada é que, em alguns momentos, a taxa de distorção idade-série diminui à medida que a escolaridade avança. Por exemplo, nas escolas públicas de ensino médio, a taxa de distorção idade-série é de 36% no 1º ano, 30% no 2º ano e 25% no 3º ano. (UNICEF, 2018, p. 5).

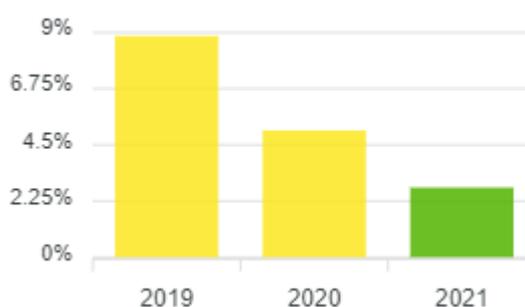
Ainda no mesmo estudo, é apontado que essa diminuição nas taxas não significa uma redução desta situação, mas sim a possibilidade, de que estes alunos que estão com a idade incompatível com o seu nível escolar, estejam evadindo da escola, tomando outros direcionamentos, um dos encaminhamentos é a educação de jovens e adultos como aponta o estudo.

Atualmente no Paraná a taxa de distorção idade-série, calculado recentemente em 2021, por dados disponibilizados pelo site Qedu, que traz números atuais de taxas de aprovação, reprovação, taxa de distorção idade-série entre outros. Aponta que nos anos finais temos cerca de 14,4% de distorção, já no EM 16,3%, então a realidade ainda se faz presente.

Dentro das causas, que levam o aluno a evadir, temos a reprovação, como um dos fatores que mais levam a evadir, onde o aluno não vê sentido em refazer um ano todo novamente de saberes já vistos. Uma vez que reprovar o aluno, para que refaça uma série novamente, não garantirá o sucesso de seu aprendizado.

No Paraná as taxas de reprovação se fazem presentes, como gráficos do QEdu apresentam

Gráfico 5: Reprovação no Estado do Paraná



Fonte: Gráfico disponibilizado do site QEdu.

O gráfico apresenta taxas de reprovação, no Estado do Paraná, na etapa do EM, entre os anos de 2019 a 2021, o primeiro ano do EM é a série com maior reprovação nesta etapa, com 12,6% de reprovações. A reprovação está presente nas escolas, e utilizada em grande parte, sem pensar no impacto que irá gerar na vida daquele aluno, como os autores apontam no estudo:³

Se é certo que há divergência, por parte dos autores dos estudos sobre a retenção escolar, quanto à interpretação dos resultados que obtêm, considerando uns os atrasos de desenvolvimento, a inadaptação à escola e os problemas de comportamento como causadores da retenção, atribuindo outros a esta a origem da inadaptação escolar e comportamental e, por fim, a do abandono da escola sem obtenção de diploma, existe grande consenso entre eles de que a repetição de anos escolares não facilita a aprendizagem,

³ As informações anexadas a este trabalho através do gráfico sobre reprovações, foram retiradas diretamente do site QEdu através do link <https://qedu.org.br/>.

nem favorece a adaptação social, emocional e comportamental dos alunos. (REBELO, 2009, p.43).

No Município de Ponta Grossa, a taxa de reprovação em 2019 é de 11,92%. Em uma Pesquisa realizada na Universidade de Coimbra em 2009, intitulada como: Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: uma revisão, o estudo aponta como a reprovação como método “pedagógico” se faz ineficaz e atrela como uma das causas de abandono, que pode resultar na sua evasão:

E, segundo esta última autora, a origem do aumento do abandono escolar estará nestes três aspectos, em conjunto: não ser a 40 reprovação uma estratégia eficaz; ser uma mensagem clara e forte, transmitida pela escola e pelo professor, de que o aluno falhou; fazer que o aluno seja mais velho do que os seus futuros colegas. (REBELO,2009, p.40).

Neste estudo há diversos apontamentos de como a reprovação se faz prejudicial aos alunos a curto e longo prazo, não possuindo benefícios, já que esse aluno terá de refazer aquele ano novamente.

Dentre as motivações da evasão escolar, encontra-se as reprovações, que acabam por gerar o abandono escolar, se não há indícios que reprovar um aluno para que ele faça novamente o ano, para sua melhor formação, se faz necessário questionar, por que temos reprovação como método “pedagógico”? Esses fatores, se repensados, podem impactar em taxas evasivas, garantindo a permanência dos alunos no ensino regular.

3. PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS

No presente capítulo se conduzirá uma articulação entre as bases teóricas já apresentadas neste trabalho, que trouxe a compreensão sobre o EM, reconhecendo os agentes que dela fazem parte, no turno noturno. Como também a compreensão dos conceitos evasivos e análise de dados do Município alvo desta pesquisa. Com dados coletados através da aplicação de questionários, para alunos da rede pública de ensino.

Desta forma, organizou-se o capítulo em três momentos: Sobre a pesquisa e as escolas selecionadas; Perfil dos alunos e Perspectiva dos alunos sobre o tema.

3.1. SOBRE A PESQUISA E AS ESCOLAS SELECIONADAS

O percurso metodológico desta pesquisa, se caracteriza através da investigação qualitativa. A pesquisa se desenvolve de maneira descritiva, se preocupando em analisar de maneira detalhada todo o percurso, do processo de pesquisa e a análise dos dados, realizando uma articulação entre o contexto social, a relação de quantidade e os sujeitos selecionados para objeto de estudo:

Pesquisa é a construção de conhecimento original, de acordo com certas exigências científicas. É um trabalho de produção de conhecimento sistemático, não meramente repetitivo, mas produtivo, que faz avançar a área de conhecimento a qual se dedica (GOLDENBERG, 2011, p.105).

A trajetória de pesquisa qualitativa contribui para melhor detalhar e conhecer esta realidade, como também conhecer os indivíduos os quais, estão em meio a realidade, para que se consiga interpretá-los, no contexto social e situacional que estão inseridos:

Assim, a pesquisa qualitativa, ao buscar a compreensão detalhada dos significados e características situacionais do problema ou objeto investigado, permite o aprofundamento e complexificação do fenômeno investigado. (GOLDENBERG, 2011, p.31).

De maneira inicial, realizou-se um levantamento bibliográfico para a base teórica deste trabalho, trazendo legislações que sofreram alterações no decorrer histórico, que abrangem a etapa do EM, e quando elas começaram, de maneira ainda branda direcionar apontamentos e adaptações, para o EMN.

Também foi selecionado teóricos que debatem o tema evasão escolar e seus conceitos e fatores.

Após realizou-se a construção do questionário para a aplicação, com perguntas abertas e fechadas, divididos em duas partes: perfil dos alunos e sobre a temática evasão escolar. Após foi realizado o envio do questionário, com anexos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE).

Relacionando com o estudo e a natureza desta pesquisa, pode se entender como exploratória, pois se trata do primeiro contato com a realidade que será estudada, levando a conscientização do pesquisador como dos participantes do estudo, proporcionando uma visão geral do tema:

As primeiras atividades do pesquisador no seio da comunidade que interessa são de natureza exploratória, tendentes à conscientização, tanto do pesquisador, como dos integrantes do grupo social, dos problemas que existem, das dificuldades que se apresentam, e de interesse coletivo, na vida das pessoas (TRIVINOS, 1987, p.94).

Mesmo que o trabalho transpareça simplicidade, possui seu teor de cientificidade intacto, como o autor Trivinos (1987) expõe “Este tipo de investigação, por exemplo, não exige a revisão de literatura, as entrevistas, o emprego de questionários etc., tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade característica de um trabalho científico”.

Em relação ao processo técnico adotado nesta pesquisa, buscou-se um levantamento bibliográfico, para que a explicação do problema levantado, possua explicações através de teóricos. “Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para levantamento do tema, quer para fundamentação teórica, ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa” (MAGALHÃES, 2007, p. 29).

Para que esse estudo, se construa a partir da fala dos indivíduos, utilizou-se como instrumento a coleta de dados através de questionários, para maior aproximação da teoria com a realidade. “Técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas,

tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas” (GIL, 1999, p. 128 apud MAGALHÃES, 2007, p. 55).

Realizou então a seleção das escolas que serão intituladas neste trabalho como: Escola A; Escola B e Escola C1/ C2.

Tabela 1: Número de alunos por escola.

Escola	Quantidade de alunos
Escola A	5 alunos
Escola B	22 alunos
Escola C1	9 alunos
Escola C2	15 alunos

Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

A quantidade de alunos que constam na tabela, são o total de alunos que responderam os questionários, a Escola A houve pouco retorno de questionários devido a turma de 3º ano ter uma quantidade menor, já na Escola C1 e C2, foi aplicado o questionário em duas turmas, por isso leva esta nomenclatura.

O filtro de seleção para as escolas, se deu a partir da região e quantidade de alunos que se atendia. Todas as escolas estão localizadas em regiões urbanas do Município de Ponta Grossa, pertencentes a Rede Estadual de ensino.

Na seção a seguir, será destacado o perfil dos alunos, os quais foram alvos deste trabalho, demonstrado através de tabelas, gráficos e descritivos.

3.2. PERFIL DOS ALUNOS

Em relação ao perfil dos alunos investigados, tivemos um total de 48 alunos participantes da pesquisa, todos maiores de 18 anos divididos em 27 estudantes do sexo masculino e 21 feminino. Se tratando do estado civil dos alunos, entre as opções

solteiro, casado, divorciado ou outro, apenas 2 alunos responderam outro, os demais se encontram como solteiros em seu estado civil.

Se tratando de alguma atividade que realizam para auxílio financeiro, 31 destes alunos responderam que trabalham, com as mais diversas ocupações como mostra a tabela a seguir

Tabela 4: Ocupação extraescolar dos alunos.

Ocupação	Alunos
<i>Marceneiro</i>	2
<i>Vendas</i>	1
<i>Ass. Administrativo</i>	5
<i>Aux. de Cozinha</i>	4
<i>Barbeiro</i>	1
<i>Gerente</i>	1
<i>Militar</i>	2
<i>Mecânico</i>	1
<i>Estagiária</i>	1
<i>Soldador</i>	1
<i>Atendente</i>	1
<i>Secretária</i>	2
<i>Mercado</i>	1
<i>Autônomo</i>	1
<i>Estoquista</i>	1
<i>Pintora</i>	1
<i>Op. Produção</i>	1
<i>Aux. Produção</i>	1
<i>Aux. de Pedreiro</i>	1
<i>Não responderam</i>	2

Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

Através da tabela, percebe-se como grande parte destes estudantes já está inserido no mercado de trabalho, sendo a necessidade de trabalhar fortemente presente na vida e rotina desses jovens e adolescentes.

Em seguida foi perguntado a estes alunos, quantas pessoas residiam junto a eles, no intuito de compreender a realidade que esses jovens vivem nas residências,

e se um dos motivos de grande parte dos entrevistados terem uma atividade que trouxesse retorno financeiro seria para auxílio da família, obtive-se as seguintes respostas:

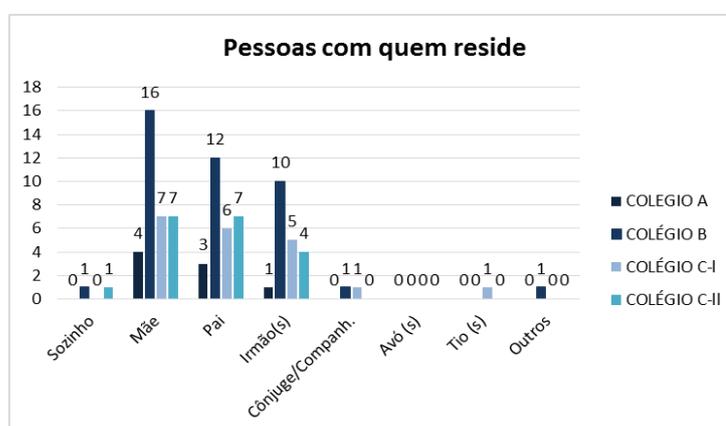
Tabela 5: Pessoas por residência

<i>Pessoas por residência</i>	<i>Quantidade de alunos</i>
1 a 3	26 alunos
4 a 6	19 alunos
Mais que 7	3 alunos

Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

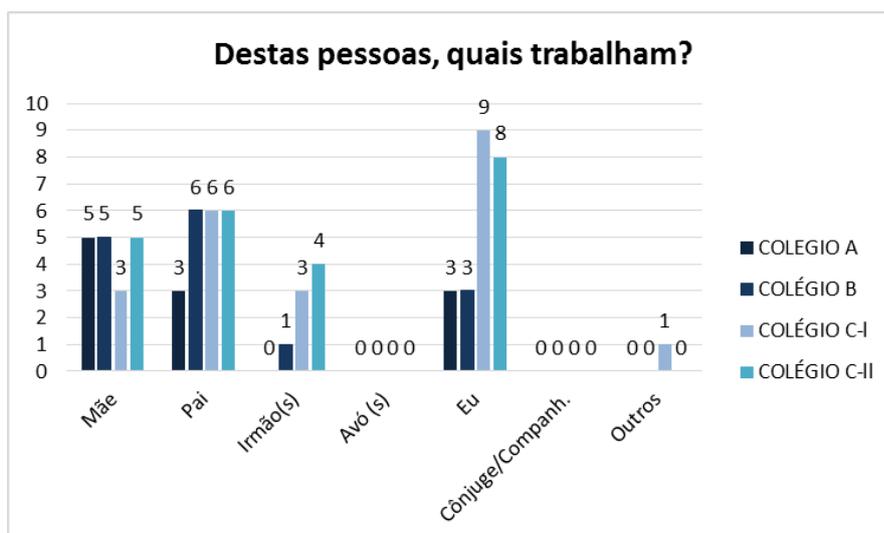
Investigou-se também através do questionário com quais pessoas, estes alunos compartilhavam a residência, e quais ajudavam financeiramente no conjunto familiar, explicado nos dois gráficos, que estão dispostos a seguir (Gráfico 6 e Gráfico 7):

Gráfico 6: Pessoas que compõem a residência.



Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

Gráfico 7: Pessoas que trabalham na residência



Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

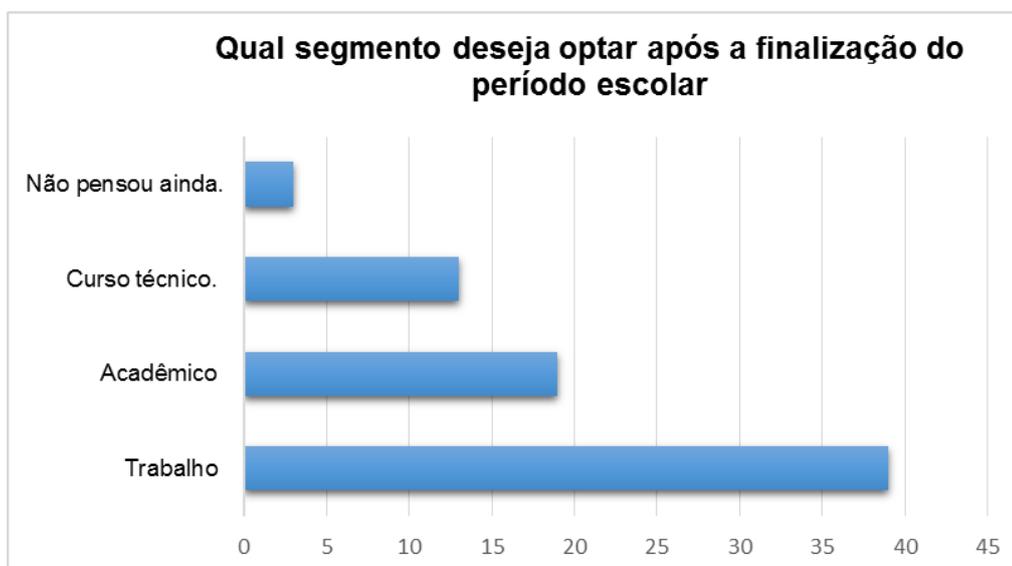
De maneira a compreender como estes alunos, após o horário escolar realizavam estudos frente a diversos desafios que advém no ensino médio, como vestibular, ENEM, estudar para auxiliar nos conhecimentos escolares, foi perguntado se eles dedicaram algum tempo para estudo em horário extraescolar, ou antes ou após, 18 alunos responderam que sim, que dedicaram algum tempo para estudos, enquanto 30 alunos não dedicam nenhum horário para estudos, além daquele que se tem no horário escolar.

Então questionou-se os alunos, se acreditavam que os estudos escolares, somados com estudos extraescolar, os auxiliam no caminho que almejam seguir, seja ele acadêmico ou inserção imediata no mercado de trabalho, 33 alunos acreditam que sim, somar os estudos traria benefícios para o caminho que irão percorrer, enquanto 15 alunos responderam que não.

Percebe-se como a perspectiva em torno dos estudos destes alunos encontra-se baixa, uma vez que eles não acreditam que isto os auxiliará.

Seguidamente perguntamos então qual segmento eles iriam optar após a finalização do período escolar, como mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8: Segmento que os alunos irão optar ao término do período escolar.



Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

Através do gráfico, percebe-se como a necessidade de trabalhar ainda predomina entre os alunos, mesmo que os alunos pudessem marcar mais de uma opção, não sendo prioridade a continuação dos estudos seja ele acadêmico ou através do curso técnico. O questionamento se faz presente, na questão de como estes alunos se distanciaram em relação aos estudos, e a vontade de adquiri-los, ora pode ser necessidade financeira, ora pode ser falta de incentivo seja ele familiar, da comunidade ou da escola.

Após essa análise do perfil dos alunos, na próxima seção será analisada as perguntas referente ao tema evasão escolar e o que estes alunos compreendem e como a vivenciam no dia a dia.

3.3. PERSPECTIVA DOS ALUNOS SOBRE O TEMA

Primeiramente buscou se compreender, o que os alunos entendiam referente a evasão escolar e se de fato eles sabiam conceituá-la, então questionou-se se de fato sabiam o que era evasão escolar onde apenas 11 alunos colocaram que sim sabem o que este termo significa, enquanto 17 não sabem o que significa, e 19 não possuíam certeza sobre o conceito, 1 aluno não obtivemos a resposta.

Então perguntou-se se estes alunos já cogitaram a opção de evadir, e 16 alunos responderam que sim, já pensaram em evadir da escola, enquanto 32 destes alunos responderam que não pensaram na possibilidade.

Após compreender que sim, um número significativo de alunos pensaram em evadir da escola, perguntou-se quais motivações os levaram a pensar em evadir, onde surgiram as mais variadas motivações:

Tabela 6: Fatores que levaram os alunos a querer evadir.

Motivos	Quantidade de alunos
Trabalho	11
Reprovação	4
Desinteresse	5
Problemas Familiares	5
Dificuldade de acesso	1
Dificuldade Financeira	1
Outro	1

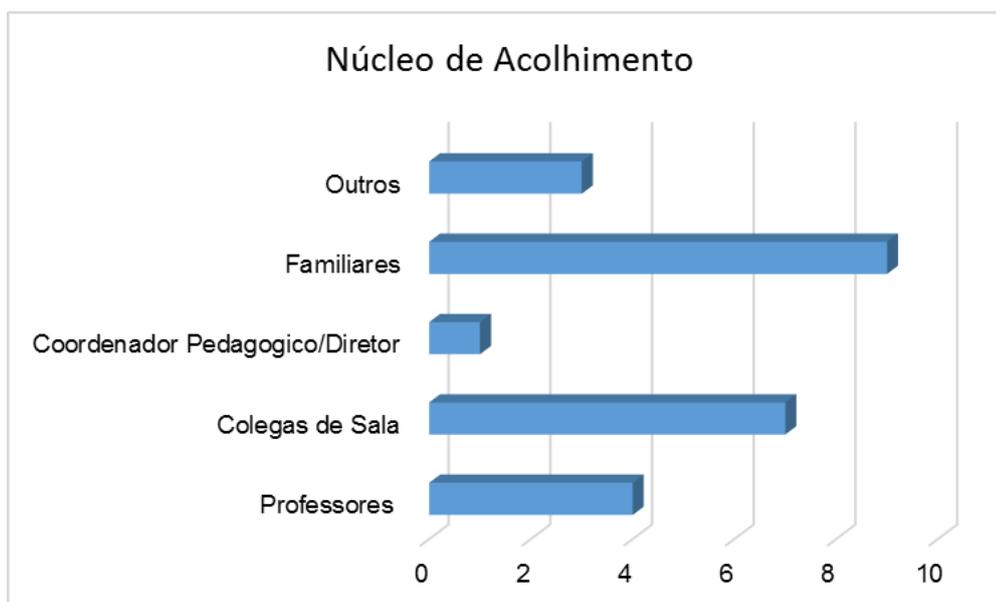
Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

Nas respostas observa-se novamente, como a necessidade de trabalhar se faz presente, aonde os estudos não são o fator com maior importância no momento, sendo que esta é a última etapa da EB, tendo grande importância na formação humana destes alunos.

Sabendo desta importância, e como os estudos deveriam ser preferência nesta fase acadêmica dos alunos, indagou-se, que quando eles cogitaram em evadir da escola, se receberam algum tipo de aconselhamento, no qual 14 alunos responderam que sim, receberam algum tipo de aconselhamento e apoio, enquanto 2 alunos responderam que não.

Logo foi questionado qual foi o núcleo de apoio ou aconselhamento que se fez base, no momento que se pensava em evadir, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9: Núcleo de acolhimento



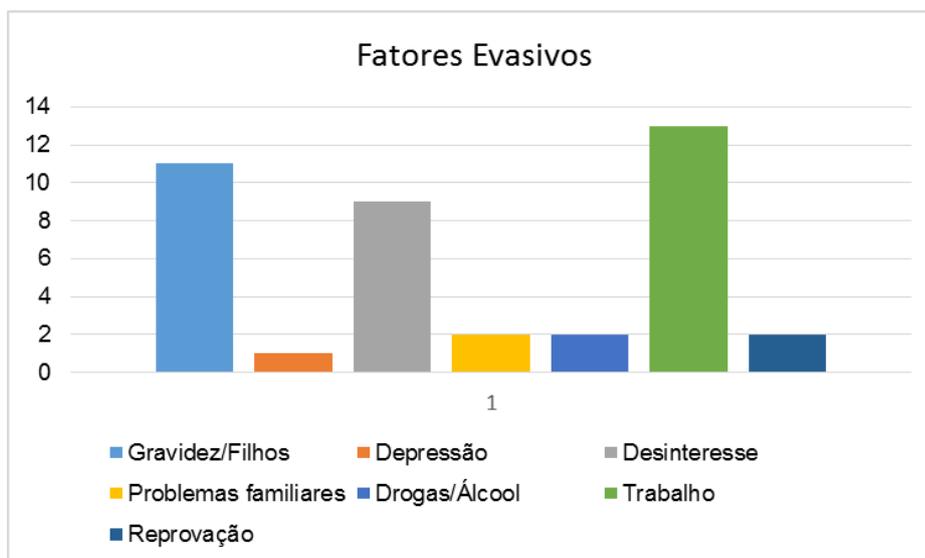
Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

Percebe-se que os núcleos escolares foram os menos solicitados ou que tiveram sua manifestação contida, em relação aos alunos que pretendiam evadir, enquanto familiares e colegas de sala foram os mais solicitados, quando cogitado em evadir.

Ainda no intuito de perceber os sinais que os alunos demonstram para evadir, perguntou-se aos alunos se durante sua trajetória escolar tiveram colegas que evadiram, tendo poucos alunos que responderam que não tiveram contato com alguém que evadiu, tendo 34 alunos que responderam sim, que tiveram colegas durante sua trajetória que evadiram, 12 não tiveram contato e 2 não responderam.

Então foi pedido para que citassem as motivações que levaram estes colegas a evadir, onde vieram as mais variadas situações

Gráfico 10: Fatores evasivos



Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

Dentre as motivações, o trabalho permanece como maior motivação para a evasão, seguido de gravidez/filhos e reprovação. O aluno trabalhador toma novamente como prioridade o trabalho, seja ele por necessidade financeira ou por estar desmotivado com os estudos.

Em algumas perguntas que necessitavam assinalar as motivações, tivemos no momento de aplicação de questionário alguns alunos, que não sentiram-se à vontade de responder.

Após compreender como a evasão escolar acontece em meio aos estudantes do 3º destas três escolas, perguntamos se a evasão escolar poderia ser resolvida de fato, ou amenizada, 36 alunos responderam que sim, a evasão escolar pode ser resolvida, ao mesmo tempo tivemos 9 alunos que responderam que não acreditam que ela pode ser resolvida, e 3 alunos não responderam.

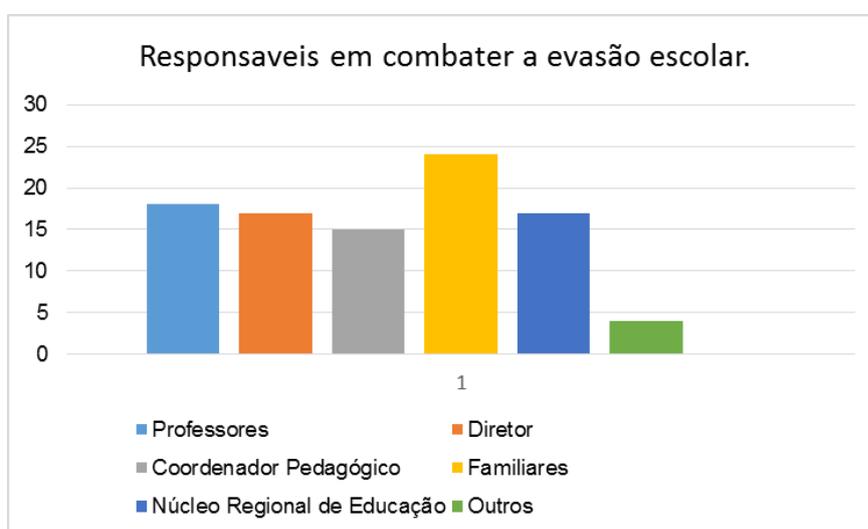
Pedimos então que justificassem as respostas, na qual os alunos trouxeram algumas estratégias para auxiliar neste problema, como: diálogo; policiamento; projetos; incentivo escolar; apoio familiar; palestras; apoio emocional.

Então perguntou-se se eles conheciam ou tiveram contato com algum projeto de prevenção ou combate à evasão, obtivemos as seguintes respostas: 37 não conhecem, 4 conhecem, e 7 não responderam. E quando perguntado quais foram os

projetos que eles tiveram contato, obtivemos como resposta somente palestras, como estratégia de combate a evasão escolar.

De modo a compreender que estes alunos veem como responsáveis por este problema escolar, perguntou-se quem deveria ser o responsável por amenizar/combater a evasão escolar, onde se deu as opções: professores, diretor, coordenador pedagógico, familiares, núcleo regional de educação, entre outros. Obtivemos as seguintes respostas, demonstradas através do gráfico

Gráfico 11: Núcleos de combater a evasão escolar



Fonte: organizado pela autora, a partir dos dados dos questionários.

Nesta questão os alunos poderiam marcar várias opções, e percebe-se como alguns alunos marcaram todas as opções, sinalizando que compreendem que apenas um núcleo combatente da evasão não é eficaz. Mas sim que, todos estes núcleos em conjunto, não apontando apenas um responsável, mas sim que todos estes núcleos são responsáveis em combater a evasão escolar, incentivando estes alunos não somente a ingressarem no ambiente escolar, como fazerem sua permanência.

De modo a finalizar o questionário, pedimos que os alunos apontassem, quais ou qual seriam os incentivos que poderiam ser oferecido aos alunos, para que não realizem o ato de evadir, os alunos sugeriram: Apoio familiar (3); Apoio empresarial (1); Apoio escolar (comunidade escolar) (2); Apoio emocional (5); Melhores refeições (2); Projetos e atividades (1); Menor pressão psicológica (2); Atividades de lazer (1);

Uso da tecnologia (1); Mostrar a realidade de uma vida sem estudos (1); Mudança de método de ensino (1).

Logo que sinalizadas as opções, está numerado quantas vezes se repete ao longo dos questionários os mesmos termos, nota-se como o apoio emocional foi o mais citado e após apoio familiar.

E pedimos para que se os alunos tivessem alguma sugestão ou apontamento sobre o tema, que deixassem sua resposta, e tivemos alguns retornos como:

Aluno A: “Equipes pedagógicas, que corram atrás de informações que auxiliem nas respostas sobre a evasão escolar.”

Aluno B: “Que haja menos exclusão dos alunos.”

Aluno C:” Gostaria de saber mais sobre o tema.”

Aluno D: “Problemas governamentais que interferem nos estudos.”

Através dos questionários aplicados, percebe-se como os alunos têm pouco contato com este problema que ao mesmo tempo é antigo, pois tem sua existência presente há décadas e tão atual e urgente na nossa sociedade.

Diante dos dados, que os questionários trazem, observa-se de maneira inicial que grande parte dos alunos não compreende ou conhece o termo evasão escolar, o que dificulta o retorno dos alunos quando percebem que um colega está cogitando nesta possibilidade, ou até para poder ser um núcleo de apoio e incentivo.

Dentre os alunos que compreendiam do que se trata a evasão, identifica-se alunos que cogitaram nesta possibilidade, devido a diversos fatores como foi citado, os que possuem maior incidência é a necessidade de trabalhar, após desinteresse e problemas familiares. Os alunos possuem jornadas diárias sobrecarregadas, e logo quando chegam ao colégio se torna difícil se manter ativo nos estudos, devido ao cansaço, seja ele físico ou psicológico.

Fica evidente também o reconhecimento destes alunos dos núcleos de apoio, que se fizeram presentes no momento antes de evadir, onde o menos citado foi professores e logo após a coordenação pedagógica. Abrindo espaço para dúvidas, de qual caminho este aluno percorreu, que quase nunca identifica como núcleo de apoio e aconselhamento a escola, será que é o aluno que se afasta da escola ou a escola que se afasta do aluno?

Um problema tão presente, uma realidade posta a nós, no nosso dia a dia, mas com poucos debates existentes, fica difícil sua evidência de um problema tão urgente.

Dos 48 alunos que responderam a esta pesquisa, 34 conhecem algum colega que evadiu, com os fatores trabalho e gravidez e/ou filhos as mais citadas, evidenciando a urgente necessidade de se pensar políticas direcionadas a este público. Público esse que frequenta a escola noturna, carregados de particularidades que precisam ser vistas, e traçadas estratégias para apoio e incentivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa, nos possibilitou refletir a respeito do jovem estudante e trabalhador, que frequenta a etapa de ensino do EMN, e em questões relacionadas a permanência e evasão do adolescente e do jovem. A qual possibilitou também compreender fatores e causas que permeiam esta temática.

A evasão escolar se trata de um problema que faz permanência no cenário educacional, com grande dificuldade de resolução. Se tratando do EMN, analisa-se como este fenômeno acontece com alunos de classes menos amparadas, já que sua frequência de ocorrência com alunos de classes mais abastadas é menor, ou quase não acontece.

Gerando um ciclo de pobreza perpetuante, uma vez que a evasão interrompe a formação daquele aluno, o qual não consegue formação suficiente para mudar de ocupação, e a ascensão social fica prejudicada.

O capítulo inicial deste trabalho possibilitou compreender como o EM é entendido, e qual foi seu percurso histórico no Brasil, através das legislações que sofreram alterações e adaptações até os dias atuais. Percebe-se como houve grandes avanços desde a Constituição Federal de 1988, sendo um marco deles a LDBEN 9394/96, na qual começa a constar o EM como etapa obrigatória da EB, sendo ela a etapa final.

Mesmo no reconhecimento dos avanços, sinaliza-se também os retrocessos, como no Decreto nº 2.208/97 que como os autores Frigotto; Ciavatta e Ramos (2012) revelam veio no intuito de expor a ligação entre a Educação profissional e o EM. Este decreto se instalou de maneira que permitiu que a identidade desta etapa de ensino se mantivesse confusa.

Em um momento se trata de uma educação propedêutica, em outro uma formação voltada para o trabalho, permitindo que se fizesse divisões entre a educação para elite e outra para classe trabalhadora.

Se faz pertinente ressaltar, que surge um dualismo na própria construção histórica da nossa sociedade, visto que a formação da sociedade ocorreu a partir da distinção das classes, onde os indivíduos eram distinguidos e classificados a partir dos bens e propriedades que tinham em sua posse.

Em vista disso os autores Frigotto; Ciavatta e Ramos (2012) apontam como os estudos propedêuticos e saberes ficaram fadados apenas a alguns indivíduos, esses os quais possuem esses bens e propriedades.

Para que haja a superação desse dualismo, e para que haja a promoção da articulação entre o Ensino profissionalizante e o EM com foco na formação humana e cidadã, Pacheco (2007) aponta a necessidade de transformar a educação que tão logo ficou impregnada na nossa sociedade, destinando uma educação para todos, que compreenda uma formação para o trabalho e para a vida, com foco na formação cidadã.

Relacionado às leis que permearam este trabalho, em torno do EM, vale destacar a Lei nº 13.415/2017 e as alterações que ocorreram nesta etapa de ensino, que gera preocupações referentes à qualidade de ensino que será ofertada a estes alunos. Pois uma de suas mudanças se trata da carga horária, que passa de 800 para 1400 horas.

Preocupa-se devido a situação que nossas escolas vivem atualmente, pois as escolas brasileiras não possuem infraestruturas adequadas para um atendimento neste porte. Pois cogita-se em uma escola que atenda em tempo integral, mas a educação a ser ofertada também necessita ser integral, como a autora Lopez (2017) defende.

E dentro desta reforma, não encontram-se políticas ou apontamentos referentes ao EMN, o que neste estudo nota-se, devido a sua demanda, que há a necessidade de políticas voltadas somente para estes alunos, que possuem grandes particularidades.

Se tratando das metas propostas pelo PNE, com sua vigência de 2014 á 2024, percebe-se como algumas destas se repetem a cada 10 anos, mas sua efetivação não ocorre, como a universalização do ensino. Estamos novamente no fim de mais um decênio e ainda não tivemos êxito em concluí-la, se fazendo presente a sensação de distanciamento.

No segundo capítulo deste trabalho, busca-se através do levantamento bibliográfico e de teóricos, a definição do conceito de evasão, o qual fica sem uma definição única, uma vez que possui diversas explicações, mas segue unicamente um

sentido, que é ato do aluno realizar o abandono escolar, e não retornar mais para a etapa de ensino de maneira regular.

Decorrente do estudo em torno do tema evasão escolar, destaca-se que o foco deste trabalho se deu em torno da evasão que ocorre em algumas escolas estaduais do Município de Ponta Grossa, que deixou evidente a importância de se questionar: como os alunos do EM compreendem a evasão escolar? E qual a compreensão deles, enquanto instrumentos de combate a evasão.

Compreendo a importância de se ouvir quem vivencia o problema no dia a dia, que foi entrevistado 48 alunos, do EMN, maiores de 18 anos, de três escolas públicas do Município, pois, como se busca a resolução de um problema que atinge os jovens, sem ouvi-los?

Em uma contextualização dos fatores que estimulavam os alunos a cogitarem na evasão, e nos fatores que eles conheciam que levaram seus colegas a evadir, incluíram questões macrossociais, como trabalho, problemas familiares, gravidez ou filhos, falta de interesse, entre outros. Logo percebe-se que estas questões geram desânimo nos alunos, na sua trajetória escolar, gerando sucessivas reprovações, a qual se comprova através da distorção idade-série.

Pode-se deduzir que mesmo através da fala dos alunos se comprove a evasão e seus fatores, não se pode utilizar esta realidade para minimizar ou justificar a ausência do Estado e de políticas públicas que atendam de fato esses alunos, caindo na situação de culpabilizar a vítima, os transformando-os em culpados pela evasão.

Pode-se compreender estes adolescentes e jovens como vítimas, uma vez que há a ausência do Estado e de políticas públicas eficazes, onde esses alunos de classes menos favorecidas são prejudicados em duas situações, a primeira é a falta do acesso a bens sociais como educação, saúde, e a bens materiais.

A necessidade de trabalhar, para sustento próprio ou da família, se mostrou presente em todo este trabalho, o que gera falta de tempo para estudos extraescolar, como apontado pelos alunos, gera cansaço e estagnação desses alunos ao chegar na escola.

Percebe-se que há grandes dificuldades para que a permanência desses alunos se faça efetiva, pois há grandes demandas a serem atendidas, e pouco apoio para esse suprimento.

Através deste trabalho, analisou-se também como os alunos pouco sabem sobre este problema, constatando a falta de repasse de informação e de intervenções com estes indivíduos para prevenção da evasão.

Constata-se isso através dos alunos, que quando não sabiam o que era evasão, não sabiam de nenhum programa, projeto ou estratégia de prevenção do mesmo.

Visualizar o aluno enquanto um agente de combate e prevenção à evasão escolar nunca se fez tão necessário, uma vez que se percebe a falta da inclusão destes nos debates construídos e no momento de se traçar estratégias.

Quando aplicados os questionários os alunos apontaram que gostariam de saber mais sobre o tema, então quando encerrado o preenchimento dos questionários e feito o recolhimento do mesmo, houve de maneira breve a explicação sobre o tema e o impacto que a opinião e perspectiva deles possui no campo educacional.

Uma consideração a ser realizada também, é a falta de produção bibliográfica sobre o tema, o que dificultou a base teórica deste trabalho, de maneira específica na evasão escolar no EMN.

A evasão escolar é um fenômeno complexo que ocorre é que se faz presente nos dias atuais de maneira alarmante, e se faz necessária a construção de debates e produções acadêmicas em torno deste problema, na busca de combatê-lo e até talvez eliminá-lo.

REFERÊNCIAS

BERMODEZ, A. C. **No Brasil 44% dos estudantes de 15 e 16 anos trabalham mostra ranking.** 2017. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/04/19/no-brasil-44-dos-estudantes-de-15-e-16-anos-trabalham-mostra-ranking.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Educação Básica teve 47,3 milhões de matrículas em 2020.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/01/educacao-basica-teve-47-3-milhoes-de-matriculas-em-2020#:~:text=83%2C3%25%20dos%20alunos%20do,dos%20alunos%20frequentaram%20escolas%20urbanas..> Acesso em: 17 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2020:** resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021. 70 p. : il.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

BRASIL. Lei 5292 de 11 de agosto de 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 27 set. 2018

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** [2019]. Brasília: MEC. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2,** de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. **Decreto n. 2.208 de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 18 abr. 1997, p. 7.760.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - Brasil.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em 22/08/2022

CNTE – **Análise da medida provisória nº 746, que trata da reforma do ensino médio**, CNTE 2016, p.1, disponível em: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2016/09/ensino_medio_analise_cnte.pdf. Acesso em 28/09/2016.

DAYRELL, J. T.; JESUS, R. E. **Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 37, nº. 135, p.407-423, abr.-jun., 2016.

FRIGOTTO, G. - **Segregação aprofundada**. Avaliação Educacional – Blog do Freitas Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2016/09/23/frigotto-segregacaoaprofundada/> Acesso em 09/10/2016.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. - **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LIMA, M. S. B. MOREIRA, E. V. **A PESQUISA QUALITATIVA EM GEOGRAFIA**. 2015.

MOEHLECKE, S. **O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações**. Revista Brasileira de Educação, vol. 17, n. 49, 2012.

OLIVEIRA, D. A recente expansão da educação básica no Brasil e suas consequências para o ensino médio noturno. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino Médio: ciência cultura e trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004. p. 157-180.

PACHECO, E. **Retratos da Escola**. Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – V. 5, n. 8, jan./jun.2011 – Brasília: CNTE, 2007 – Semestral.

PUCCI, B; RAMOS de OLIVEIRA, N.; SGUISSARDI, V. **O Ensino Noturno e os Trabalhadores**. São Carlos-SP: EDUFSCar, 1994. 148;

PRIOTTO, E. M. T. P.; SILVA, M. A. **Consumo de álcool e drogas e participação em violência por adolescentes de uma região trinacional**. SMAD Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 1- 9, set. 2019.

QUEIROZ, C. M. *et al.* **EVOLUÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.** 2009. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EP07.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

REBELO, J. A. S. **Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: uma revisão.** 2009. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/4758>. Acesso em: 8 out. 2022.

RODRIGUES, T. D. F. F.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, J. A. **AS PESQUISAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS NA EDUCAÇÃO.** 2021.

ROSA, L.C.S et al. **Articulando a RAPS:** a construção de novas práticas e saberes no Piauí. Brasília: Verbis Editora, 2015.

SANTOS, S.S. I. **Ensino médio:** Debate atual sobre o abandono e a evasão escolar. Maringá/PR, 2012. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/SIRLEY_SI_SANTOS.PDF

SOUZA, A. F. **ENSINO MÉDIO NOTURNO E SEUS DESAFIOS: DIÁLOGOS COM AS PRÁTICAS COTIDIANAS.** 2020.

SPOSITO, M. P. **Trabalhador-estudante:** um perfil do aluno do curso superior noturno. São Paulo: Loyola, 1989.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. **PANORAMA DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO BRASIL.** 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

ZIBAS, D. **REFUNDAR O ENSINO MÉDIO? ALGUNS ANTECEDENTES E ATUAIS DESDOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS DOS ANOS DE 1990.** 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mtQLbxzrLFbWTPxb9PrDfqS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2022.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E) PESQUISAS COM SERES HUMANOS

Você está sendo convidado(a) a participar como colaborador da pesquisa intitulada: “Evasão Escolar no Município de Ponta Grossa: analisando a perspectiva dos alunos do ensino médio na rede estadual de ensino” realizada pela acadêmica Juliane Ap^a Zambão Ignacio, do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) sob a orientação da Prof.^a Dr^a. Paola Andressa Scortegagna.

Esta pesquisa objetiva analisar a evasão escolar, que ocorre no ensino médio noturno, a partir das perspectivas dos alunos.

Ao aceitar participar desta pesquisa, você irá responder um questionário, com questões abertas e fechadas, sobre a temática. O questionário será preenchido presencialmente e estará acompanhado pela acadêmica responsável pela pesquisa.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa pelo telefone (42) 3220-3108, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Av. Carlos Cavalcanti, nº 4748, Bloco da Reitoria, sala 22, CEP: 84030-900 – Ponta Grossa-PR, ou ainda, com a acadêmica Juliane Ap^a Zambão Ignacio, telefone (42) 99822-6253, e-mail: julianyaparecida2@gmail.com ou com a orientadora Prof^a Dr^a. Paola Andressa Scortegagna, e-mail: paola_scortegagna@hotmail.com.

Como colaborador desta pesquisa, é garantida a liberdade de solicitar aos pesquisadores respostas e esclarecimentos sobre os procedimentos, riscos e benefícios da mesma. A identidade dos colaboradores da presente pesquisa será mantida no anonimato, assim como a possibilidade de desistir a qualquer tempo de participar, sem a necessidade de justificativa. As informações da pesquisa serão utilizadas para fins acadêmico/científicos na intenção de colaborar com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Os resultados da presente pesquisa serão apresentados à referida Instituição.

Atenciosamente,

Juliane Ap^a Zambão Ignacio - (42) 99822-6253

Declarante:

Eu, _____ inscrito no CPF, sob o n.º _____, estou ciente sobre os objetivos da pesquisa e concordo em participar. O Termo deixa claro que a qualquer momento, posso interromper a minha participação, sem causar prejuízos a mim e aos demais envolvidos, visto que a minha identidade será preservada. O pesquisador me informou que não terei despesas e não receberei qualquer ajuda financeira para a participação na pesquisa, mas pode ser ressarcido de despesas decorrentes de sua participação e pode requerer indenização caso se sinta prejudicado de alguma maneira, também deixou claro que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Certifico de que recebi uma cópia deste Termo, tendo entendido seu conteúdo e declaro que concordo em participar deste estudo.

Ponta Grossa, ____/____/2022.

Assinatura do Participante

nº documento de identidade

Assinatura do Pesquisador

nº documento de identidade

Assinatura do Orientador

nº documento de identidade

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS**QUESTIONÁRIO****I Perfil:**

Idade: _____ anos

Sexo:

- Feminino
 Masculino
 Prefiro não informar

Estado civil:

- Solteiro
 Casado
 Divorciado
 Outro: _____

Você trabalha?

- Sim
 Não

Se sim, qual é a sua profissão?

Com quem reside? **(pode marcar mais de uma opção)**

- Sozinho
 Mãe
 Pai
 Irmão(s)
 Cônjuge/companheiro
 Avó(s)
 Tio(s)
 Outro: _____

Quantas pessoas moram na mesma residência que você?

- 1 a 3
 4 a 6
 7 ou mais

Destas pessoas, quem trabalha? **(pode marcar mais de uma opção)**

- Mãe
 Pai
 Irmão(s)
 Avó(s)
 Eu
 Cônjuge/companheiro

() Outro: _____

Você dedica horário para estudo antes ou depois do horário escolar?

() Sim () Não

Você acredita que as aulas escolares somadas ao seu desempenho extraescolar, auxiliarão você totalmente no segmento que tomará após a finalização do período escolar? Seja ele segmento profissional ou acadêmico.

() Sim () Não

Qual segmento deseja optar após a finalização do período escolar? (**Pode marcar mais de uma opção**)

- () Trabalho
- () Acadêmico
- () Curso Técnico
- () Não pensei ainda

II. Sobre o tema:

Você sabe o que é a evasão escolar?

- () Sim
- () Não
- () Não tenho certeza do que é

Você já pensou em evadir em algum momento da sua vida escolar?

- () Sim
- () Não

Se sim, por qual motivo? (**pode marcar mais de uma opção**)

- () Trabalho
- () Gravidez
- () Dificuldade de acesso à escola
- () Reprovação
- () Problemas familiares
- () Dificuldade financeira
- () Desinteresse
- () Envolvimento com álcool/droga
- () Outro: _____

Quando pensou na possibilidade de evadir da escola, recebeu algum tipo de apoio ou aconselhamento?

() Sim () Não

Se sim, identifique o núcleo deste apoio/aconselhamento (**pode marcar mais de uma opção**):

- () Professores
- () Colegas da escola
- () Coordenador pedagógico/diretor
- () Familiares
- () Outros: _____

Ao longo da sua trajetória escolar, você conheceu colegas que evadiram?

Sim Não

Se sim, você sabe quais foram as prováveis motivações da evasão deste(s) colega(s)?

A evasão escolar pode ser resolvida?

Sim Não

Justifique sua resposta:

Você conhece algum projeto ou ação para amenizar/erradicar os casos de evasão escolar?

Sim Não

Se sim, informe qual é ou como é:

Quem deve ser responsável por amenizar/erradicar os casos de evasão escolar?

(pode marcar mais de uma opção):

Professores

Diretor

Coordenador pedagógico

Familiares

Núcleo Regional de Educação

Outros: _____

Na sua opinião, qual ou quais podem ser os incentivos para que os alunos evitem a evasão escolar?

Você tem alguma dúvida ou indicação sobre a evasão escolar? Registre aqui:

APÊNDICE C – COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA: ANALISANDO A PERSPECTIVA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE

Pesquisador: Paola Andressa Scortegagna

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 63595822.1.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.752.207

Apresentação do Projeto:

O presente projeto tem como objetivo geral analisar a evasão escolar, que ocorre no ensino médio noturno, a partir das perspectivas dos alunos. A questão norteadora deste trabalho é: Como o aluno inserido na realidade escolar no ensino noturno, entende a evasão escolar e os seus impactos (sociais, econômicos e políticos)? A evasão escolar é um dos grandes problemas que a Educação Básica vem enfrentando ao longo das últimas décadas, comprovada por dados do Censo Escolar (2019) e do IBGE (2019), que registram uma parcela significativa da população que não finalizou a educação Básica (mais de 60 milhões de pessoas). Trata-se de uma investigação qualitativa, por meio de uma pesquisa exploratória. Será realizada coleta de dados em uma escola estadual de Ponta Grossa, que oferece o Ensino Médio Noturno, por meio de um questionário, com questões abertas e fechadas, para alunos (maiores de idade).

Introdução:

A evasão escolar se tornou um problema com grande reincidência. Existem inúmeros projetos,

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propes@secretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 5.752.207

estudos e

análises acerca dessa problemática (BRANDÃO, 2022; SENNA, 2001.) os quais visam acolher os alunos que têm propensão a se evadirem, e alunos que já se evadiram. No entanto, observa-se que o problema da evasão escolar continua se perpetuando, tornando-se algo tradicionalmente existente e normalizado. Logo torna-se relevante perguntar: é o estudante que deixa a escola ou é a escola que se distancia da realidade de vida do aluno? A Constituição Federal de 1988 traz como um de seus objetivos a erradicação do analfabetismo, e exatos 33 anos após sua implementação não conseguimos atingir tal objetivo. Outra questão importante e que merece ser

analisada é o fato de muitos alunos do ensino médio trabalharem. A opção pelo ensino noturno geralmente ocorre em decorrência de trabalho ou atividades que auxiliem a família. No entanto há poucas investigações que enfocam o jovem do ensino médio do período diurno relacionada à evasão escolar. Este trabalho pretende fazer algumas análises e reflexões através do olhar dos alunos do ensino médio noturno e diurno acerca dessa situação. A proposta deste trabalho, se deu a partir de reflexões e questionamentos sobre como os alunos do ensino médio percebem a evasão escolar seja em relação a sua vivência pessoal ou a de colegas, e como analisam as causas que levam a essa situação. Libâneo (1984) em sua obra Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos, afirma que democratizar o ensino é ajudar os alunos a se expressarem, a se comunicar de diversas formas, ajudá-los a desenvolver o gosto pelos estudos e também a dominar os conteúdos escolares, a construir sua personalidade social, enquanto coletivo, tomando-se possível uma melhoria em relação às suas condições de vida. Um ensino

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco de Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3225-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG 

Continuação do Parecer: 5.752.207

democratizado, segundo o autor, é aquele que alcança a todos, se faz possível em todas as realidades sociais, um ensino de qualidade, de maneira gratuita e universal, com foco na transformação do indivíduo na sua totalidade. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, jovens entre 15 e 17 anos são, em índices, a faixa etária com o percentual mais elevado de jovens que se encontram fora da escola, cerca de 7,1%, perfazendo um total de 680 mil jovens e adolescentes. Daí a importância de se desenvolver uma pesquisa no ensino médio, onde as taxas de evasão são maiores. As demandas relacionadas aos jovens e adolescentes, cresce a cada dia, pois se trata de uma das fases mais decisórias da vida de um indivíduo, onde ocorre sua inclusão na sociedade, na esfera trabalhista, tendo em vista o respeito a sua individualidade e diversidade. O que torna-se preocupante dentro do cenário que vivemos, devido as exigentes qualificações exigidas para o mercado de trabalho, a desvalorização formativa, onde se requer níveis de formação cada vez mais altos, entre outros. Dentro da análise desse cenário, surge uma grande preocupação a partir de dados levantados, onde em 2020, houve a divulgação de estatísticas evasivas pelo IBGE, das 50 milhões de pessoas de 14 à 29 anos, 20% delas deixou de concluir alguma etapa da educação básica, elencando os principais motivos: necessidade de trabalhar, e por segundo o desinteresse, e entre as meninas como maior fator de interrupção a gravidez. Onde pode-se compreender, que mesmo com projetos de combate a evasão escolar, como recém aprovado pela câmara dos deputados Programa Emergencial de Aprendizagem dos Estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900
 UF: PR Município: PONTA GROSSA
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propesecretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 5.752.207

e de Acolhimento à comunidade Escolar das Redes Públicas de Educação Básica (PEAA), onde o principal objetivo é reduzir a evasão escolar e acolher alunos que deixaram a escola. E mesmo com a pequena diminuição nas taxas evasivas, ao decorrer dos anos, ainda temos 11 milhões de analfabetos, segundo dados do IBGE, que se faz alarmante. Discorrendo dentre as motivações para evasão dos alunos, sobre tudo alunos matriculados no ensino médio, um grande fator, é a desistência dos estudos para auxiliar a família financeiramente, sendo que este aluno é justamente o qual deveria usar a base educacional como chave para reverter e romper o ciclo de desigualdades sociais, muitas vezes que já advém de gerações, que tanto resulta dentro das taxas evasivas. Outro ponto, que se faz essencial explorar e avaliar, traz o PND – Plano Nacional da Educação, onde, prevê o atendimento escolar para pessoas de 15 a 17 anos universalizado até 2016, mais em 2017 já possuía um grande atraso, reflexo que pode-se notar atualmente. Ainda nas motivações mais acentuadas, através de dados publicados, constatou-se a falta de interesse por adolescentes e jovens, que influencia na sua continuação ou não dos estudos, que se confirma através da fala da autora Zibas (2005), onde ela reconhece o ensino médio ainda como altamente enciclopédico, com marcas profundas do tradicionalismo e descontextualizado. O que se contradiz já que o ensino requer aprofundamento em valores dentro de uma cidadania democrática, ajudando o aluno a construir sua leitura de mundo e o incentivar a transformar a realidade vivida. Então compete a nós, educadores e pesquisadores, analisar essas individualidades, para a edificação de uma sociedade mais igualitária, compreendendo as demandas educacionais e sociais dos jovens e adolescentes, prevalecendo suas individualidades e necessidades, para romper ciclos, e ocorrer mudanças no cenário desigual que se faz

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 5.752.207

permanente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a evasão escolar, que ocorre no ensino médio noturno, a partir das perspectivas dos alunos.

Objetivo Secundário:

Identificar os principais motivos que levam os alunos para processos de evasão escolar; analisar como a evasão escolar impacta em questões sociais, econômicas e políticas; refletir sobre a concepção dos alunos sobre evasão escolar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

As resoluções 466/2012 e 510/2016 informam que TODOS os tipos de pesquisa em seres humanos apresentam um potencial risco. Neste caso, podem-se considerar os seguintes: cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; possibilidade de constrangimento ou desconforto ao responder o questionário; tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário. Todas as informações obtidas por meio do questionário serão mantidas em sigilo e no anonimato para preservação da privacidade e da confidencialidade dos dados dos participantes.

Benefícios:

Irá gerar benefícios de maneira indireta, se tratando de um problema social, que atinge uma parcela de alunos, contribuindo para a construção de estratégias preventivas à evasão escolar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma investigação qualitativa, por meio de uma pesquisa exploratória. Será de maneira inicial, realizado um levantamento e estudo bibliográfico, de materiais produzidos dentro desta temática e voltado ao público do ensino médio, após será desenvolvido questionários para coleta

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3225-3282 **E-mail:** propes@secretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 5.752.207

de dados em três escolas estaduais do Município de Ponta Grossa, que oferece o Ensino Médio Noturno, por meio de um questionário, com questões abertas e fechadas, para alunos maiores de 18 anos. Os alunos irão responder o questionário por meio de formulário presencial, devido às questões sanitárias impostas pela pandemia de COVID-19 terem proporcionado abertura e acesso as escolas

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1987117.pdf	09/11/2022 14:25:59		Aceito
Folha de Rosto	juliane.pdf	09/11/2022 14:25:34	Paola Andressa Scortegagna	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Recurso_Juliane.pdf	18/10/2022 15:46:01	Paola Scortegagna	Aceito
Outros	Questionario.pdf	18/10/2022 15:18:26	Paola Scortegagna	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/10/2022 15:16:26	Paola Scortegagna	Aceito

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefons: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG 

Continuação do Parecer: 5.752.207

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_TCC.pdf	25/07/2022 14:07:27	JULIANE APARECIDA IGNACIO	Aceito
---	-----------------	------------------------	---------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 10 de Novembro de 2022

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3262 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br